

A formação da *intelligentsia* portuguesa (1860-1880)**

The most worthless individuals suddenly gained a predominant influence and began criticizing everything sacred, whereas before they had never dared open their mouths, while the foremost people among us, who had hitherto satisfactorily kept the upper hand, began suddenly listening to them, keeping silent themselves, and some of them most shamelessly tittered their approval.

DOSTOIEVSKY, *The Devils*

Os autores que à época se ocuparam da mitológica «crise» de 1890 habituaram-se a remontar a 1865-1872, à irrupção daquela que a si própria se designou por «geração nova», ou «escola coimbrã», para explicarem o mal-estar com que Portugal acabava um século em que adquirira a liberdade e o caminho de ferro. «1870», escrevia J. A. da Silva Cordeiro em 1896, «pode constituir para nós uma data moral, como 1852 era já uma data económico-política», quando «da escola de Coimbra rompe para as letras e para a vida pública uma geração que se afirmou realista na arte e positivista na ciência»¹. Cordeiro aproximava dois acontecimentos aparentemente tão afastados no tempo como no género. Em 1852 o governo do marechal Saldanha e a juventude republicana concordavam em que era preciso parar com a luta entre os partidos para se cuidar da economia e da educação. Começava a Regeneração. Em 1870 outros jovens, não menos republicanos, citavam Proudhon e Comte para declararem a Regeneração uma fraude. Com os 300 académicos que em 1864 ousaram assinar o manifesto dos estudantes da Universidade de Coimbra e os 60 homens de letras e cidadãos que em Maio de 1871 protestaram por escrito contra o encerramento das conferências democráticas no Casino Lisbonense, Portugal deixou de ter «letrados» e passou a ter de aturar escritores que a si próprios se chamaram «críticos» ou «dissidentes», à grande maneira profética que o estudo de Hegel e do positivismo também sugeriu aos jovens literatos em Moscovo e S. Petersburgo².

* Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, bolseiro da JNICT no St. Antony's College da Universidade de Oxford.

** Investigação iniciada no âmbito do projecto «As elites e o poder em Portugal: da Regeneração à República», financiado pela Fundação C. Gulbenkian.

¹ Cf. J. A. da Silva Cordeiro, *A Crise em Seus Aspectos Morais*, Coimbra, 1896, p. 15.

² Cf. Isaiah Berlin, *Russian Thinkers*, Harmondsworth, Penguin Books, 1988, pp. 136 e segs.

Como deveria ter ficado claro, até pela origem do termo em França durante a «questão Dreyfus», a história do «intelectual» não começa com a simples existência de letrados numa certa sociedade, mas quando esses letrados se concebem a si próprios como uma elite política com uma missão específica³. Foi o que aconteceu com a «geração nova» de 1870 em Portugal. Este texto tenta despistar nas actividades e nas elocubrações dessa geração o que poderíamos designar como ideia de um «poder intelectual». E tenta perceber o sentido desse poder em relação a uma monarquia constitucional marcada pelo que em Itália ficou, depois de 1876, conhecido como «transformismo» e a que em Portugal um dos «críticos», Oliveira Martins, chamou «fontismo» ou «Regeneração». Em poucas palavras, o transformismo foi a tentativa de reproduzir nos países do Sul da Europa o equilíbrio político inglês através de um acordo tácito entre os bandos partidários para manterem a sua luta pelo poder dentro do decoro parlamentar. Para tanto, pressupunha-se que quem quer que governasse saberia resistir à tentação de ser intolerante e de monopolizar o poder para sempre. Um certo despreendimento em relação às ideologias, a disponibilidade para entrar hoje no governo com o inimigo de ontem, eram condições do sistema. A paz política e o progresso material justificavam os expedientes e as incoerências. Veremos a seguir como é que os intelectuais socialistas e positivistas saíram do «transformismo», como é que, todavia, se aproveitaram dele e como é que, por fim, o confrontaram com a alternativa de um novo tipo de Estado, autoritário e nacionalista, que um dia o viria realmente a substituir.

1. UMA CAUSA SEM REBELDES: LITERATURA E DEMOCRACIA NA DÉCADA DE 1860

Em 1862 a esquerda no governo propunha-se democratizar e reformar o país. Os conservadores pareciam despistados, e dois anos depois já não havia nenhuns. O rei estava rodeado pelos homens da Junta do Porto, que, assim, vingava a derrota de 1847. Mas o governo chefiado pelo duque de Loulé, chefe do bloco político que em nome do partido progressista se opunha à Regeneração, não deixou, por isso, de ser uma amalgamação de fac-

³ A crítica do género de definição do intelectual acarinhada por Talcott Parsons («a role type in social systems») foi pela primeira vez avançada por J. P. Nettl, para quem o intelectual «must be defined from inside out, from certain types of ideas toward certain categories of ideas-articulators» [cf. J. P. Nettl, «Ideas, intellectuals, and structures of dissent», in P. Rieff (ed.), *On Intellectuals. Theoretical Studies. Case Studies*, Nova Iorque, Anchor Books, 1969, p. 59]. Sobre a necessária relação com a política para definir o intelectual, v. Lewis S. Feuer, «What is an intellectual?», in A. Gella (ed.), *The Intelligentsia and the Intellectuals*, Beverly Hills, Sage Publications, 1976, p. 50, e Jerzy Szacki, «Intellectuals between politics and culture», in I. MacLean et alii, *The Political Responsibility of Intellectuals*, Cambridge, CUP, 1990, p. 231.

ções rivais. Depois de algumas reformas foi parando, parando, até que em breve a principal preocupação de cada ministro era correr com os seus colegas.

1.1. FILHOS DE UMA RAÇA DEGENERADA

Portugal era então o melhor país da Europa para se ser escritor. Ao contrário do que se passara em quase todos os outros depois do esmagamento das revoluções de 1848, havia liberdade de imprensa e ninguém era deportado ou fuzilado por causas políticas. Todavia, para os intelectuais «progressistas» esta liberdade não era mais do que uma tolerância baseada no «materialismo dos interesses», no «cepticismo». A esquerda radical, alojada nos subterrâneos maçónicos do Partido Histórico, argumentava que as sucessivas coligações e transacções entre adversários políticos tinham criado um clima de dissolução dos partidos e de cinismo político que facilitava o avanço da reacção ultramontana. Os mecanismos constitucionais, porque não havia campos partidários definidos, eram viciados por negociatas de bastidores entre chefes de facções, mais ou menos sancionadas pelo rei.

O envolvimento do que seria poucos anos depois a «geração nova» na política progressista desta época foi bastante profundo. Os jornais académicos onde Antero de Quental escrevia ecoavam heroicamente o que a imprensa radical de Lisboa propunha contra o «indiferentismo» e o «lazarismo»⁴. Em 1862 o tio de Antero, Filipe de Quental, tinha sido incumbido por José Estêvão de organizar uma loja maçónica progressista em Coimbra. A agitação radical articulou-se com a agitação estudantil que, em estado endémico, perdurava desde meados da década de 50⁵. Da «Sociedade do Raio», força de combate secreta contra o reitor Basílio Alberto de Sousa Pinto, saíria a loja «Reforma», logo regularizada na Grande Confederação Maçónica Portuguesa, a maçonaria da esquerda. O venerável da Loja era um amigo íntimo de Antero, José da Cunha Sampaio (irmão de Alberto Sampaio)⁶.

A ligação à esquerda acabou mal. No *Grémio Alentejano*, jornal coimbrão em que Antero teve um papel predominante, sempre se lamentara a faccionalização do Partido Progressista e explicava-se que o país não cria nos partidos porque nenhum tinha «franqueza em suas opiniões». Eram «cobardes», quando deviam ser «arrojados»⁷. Em 1863 ambas as lojas de Coimbra, a «Liberdade», de Filipe de Quental, e a «Reforma» de José Sama-

⁴ Cf. Antero de Quental, «A indiferença em política» in *Prosas da Época de Coimbra*, Lisboa, Sá da Costa, 1982, pp. 127-135.

⁵ Cf. J. C. Vieira de Castro, *Uma Página da Universidade*, Porto, 1858.

⁶ Cf. Joaquim Martins de Carvalho, *Apointamentos para a História Contemporânea*, Coimbra, 1868, pp. 263-273, e António Nóvoa, «A Sociedade do Raio na Coimbra Académica de 1861-1863», in *AAVV, Universidade(s). Actas do Congresso «História da Universidade»*, Coimbra, 1991, vol. 3, pp. 277-320.

⁷ Cf. *Grémio Alentejano*, Coimbra, de 20/3, 24/4 e 8/5/1862.

pio, votaram por J. T. Lobo de Ávila na sua candidatura falhada à sucessão de José Estevão no grão-mestrado da Confederação Maçónica. Lobo de Ávila era o chefe da «unha negra», a ala radical do governo histórico. Os tumultos de Coimbra de Abril de 1864 marcaram a rotura entre a juventude progressista e o heterogêneo governo de Loulé. Ambas as lojas maçónicas cessaram as suas actividades e a desafeição aos históricos era tão grande que Teófilo Braga se espantou de que o Partido Regenerador não se aproveitasse para colher adesões entre a mocidade.

Depois de tanto Lobo de Ávila como Loulé terem caído nas condições mais humilhantes, no princípio de 1865, maculando, como reconhecia a imprensa democrática, a «castidade política» do Partido Progressista⁸, os jovens chegaram a uma opinião severa sobre a geração dos seus pais. No *Século XIX*, jornal de Penafiel redigido por Antero e seus amigos dentro de uma linha de democracia maçónica⁹, concluiu-se que «esta raça de transição, os filhos degenerados dos nossos avós do cerco do Porto, sentem-se gastos até à medula. Corrompeu-se depressa. A «burguesia» estava caduca. «Os netos [dos do cerco do Porto], enojados, começam de procurar no estudo, e nas convicções que ele fortifica, o mérito de servir o seu país¹⁰.» Antero já exprimira tudo no *Grémio Alentejano* mal as primeiras vacilações transpareceram no governo progressista em 1862: «O que mata o nosso povo é ser bom demais¹¹.» Três anos depois, cada vez mais impacientes, já não confiavam em menos do que uma «ditadura forte» para salvar o país¹².

1.2. METAFÍSICOS E UTILITÁRIOS

O ano de 1865 andara agitadoíssimo. Tinham-se sucedido dois parlamentos e quatro governos. No Outono de 1865, porém, a «fusão» entre os regeneradores de Fontes Pereira de Melo e os históricos que acompanhavam Loulé ameaçava afogar a política portuguesa na água turva de um consenso que só favorecia a direita, chegada, enfim, ao poder após cinco anos de oposição. Os regeneradores de Fontes, rompida a sua aliança de 1859-1860 com os conservadores do conde de Tomar, tinham-se autoproclamado «partido progressista da oposição». Os verdadeiros «progressistas» sabiam que isso era apenas expediente dos conservadores e constataavam que na fusão quem mandava era Fontes. Inconformados, começaram a andar à cata de questões que fizessem vir ao de cima a incompatibilidade entre o progressismo dos históricos e o conservadorismo da Regeneração. A «questão coimbrã» foi aproveitada pelo principal jornal radical de Lisboa, *O Português*,

⁸ Cf. *Jornal do Comércio*, Lisboa, de 10/3/1865.

⁹ Sobre as relações do jornal com uma loja maçónica, v. Ferreira de Brito, *Germano Meireles. Da Geração Coimbrã à Geração de 70*, Porto, 1983, pp. 26 e segs.

¹⁰ *O Século XIX*, Penafiel, de 1/3/1865.

¹¹ *Grémio Alentejano*, de 10/4/1862.

¹² *O Século XIX* de 22/4/1865.

para provar que em Portugal ainda havia lutas de princípios. Claro que teve menos destaque do que a grave querela do casamento civil ou ainda do que a polémica sobre o destino dos emigrados da revolução de Espanha de Janeiro de 1866. Mesmo assim o «Tanas» de *O Português* escreveu 29 folhetins sobre aquilo que apresentou como a revolta dos jovens progressistas inovadores contra a tirania de um velho poeta fusionista.

No opúsculo com que abriu a polémica literária de 1865¹³, Antero refere «o tempo de conveniências, de precauções, de reticências — ou, digamos a coisa pelo seu nome, de hipocrisia e falsidade». A razão por que Teófilo e Antero, um ainda estudante e outro bacharel desocupado, se precipitaram a insultar o velho Castilho não é difícil de compreender se se notar que as *Odes Modernas* de Antero tinham vendido 14 exemplares num ano, enquanto o seu panfleto contra Castilho esgotou cerca de 1000 cópias num par de meses¹⁴. A maior parte dos jovens literatos sabiam que nada melhor do que uma «questão pessoal», sobretudo com um literato como Castilho, para fazer nome. Mas não deve ter sido só para ganhar algum público que lhes faltasse em Lisboa que Antero e Teófilo foram hostilizar um mestre de quem tinham recebido muitos cumprimentos e que até era amigo da família de Antero. Obviamente que também não foi pelo que Castilho deles dizia em 1865, quando se limitou a repetir o que já dissera em anos anteriores, sem que os coimbrões se tivessem então sentido atingidos. Mas em 1865, na atmosfera política e literária de «paz podre» em que todos se sentiam viver, as observações de Castilho criaram uma oportunidade irresistível para Antero e Teófilo tentarem duas coisas: vindicarem o tipo de literatura que estavam interessados em fazer e, finalmente, ajustarem contas com aquilo a que Antero chamava essa «esquerda rainha da literatura»¹⁵. Uma coisa ligava-se intimamente à outra na tarefa de definir o tipo de homens de letras que os dois queriam ser.

O mesmo tipo de agressividade de que Castilho iria ser vítima já Antero a manifestara no princípio do ano, ao hostilizar a «chamada opinião liberal», com a paradoxal *Defesa da Carta Encíclica de Pio IX*. Um jovem progressista, que durante cinco anos sempre escrevera pela república e contra o ultramontanismo, saudava aí a declaração reaccionária do Papa como um documento de coerência e coragem num mundo sem princípios. Termina com o implacável «Ecrâsons l'infâme!», mas com um subentendido — imitemos-lhe a lógica e o arrojo¹⁶.

¹³ Os textos da polémica estão coligidos em Alberto Ferreira e Maria José Marinho (eds.), *Bom Senso e Bom Gosto (A Questão Coimbrã)*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1985.

¹⁴ Cf. «Carta de Antero de Quental a António de Azevedo Castelo Branco (Coimbra, fins de Outubro de 1865)», in *Cartas*, ed. de A. M. Almeida Martins, Lisboa, Editorial Comunicação, 1989, vol. 1, pp. 55-56.

¹⁵ Cf. «Carta de Antero de Quental a Mariano Machado de Faria e Maia (Coimbra, ano lectivo de 1863-1864)», in *Cartas*, cit., 1, p. 24.

¹⁶ Cf. *Prosas da Época de Coimbra*, cit., p. 225.

Castilho não era propriamente o mais característico membro da «esquerda rainha da literatura». Os verdadeiros escritores da famosa «escola do elogio mútuo» de Lisboa, como Mendes Leal, Rebelo da Silva ou Latino Coelho, a maior parte fortemente comprometidos nos acontecimentos políticos de 1860-1865, preferiram manter-se à margem, apesar de alguns esforços que Castilho fez para os chamar ao combate contra os coimbrões. Todavia, Castilho corporizava melhor do que qualquer outro a «fusão» naquilo que ela tinha de relativização de todos os princípios. Na *Gazeta de Portugal*, em Novembro de 1865, declarava despudoradamente ser um «utilitário». Era-o porque dizia preferir o ensino do alfabeto às elocubrações metafísicas. Mas nesse momento o «utilitarismo» não era nada mais do que a senha da «fusão», que, como os regeneradores gostavam, se fizera sacrificando princípios ideológicos a bem das realizações práticas. Castilho, velho amigo de Saldanha, que o faria visconde durante a sua ditadura de 1870, e protegido por Rodrigo da Fonseca Magalhães, praticava a política de amalgamação regeneradora desde 1849, quando juntou setembristas e cabralistas em associações para o progresso da instrução pública¹⁷.

Nos princípios da década de 1860 adquirira fama de progressista e estivera em Coimbra, onde reencontrou Antero, a recitar versos de Victor Hugo, a quem imitou um pouco, como imitava toda a gente¹⁸. De facto, Castilho tinha sido romântico, clássico, e estava disposto a ser o que quer que fosse, porque muito cedo se convencera de que em literatura tudo eram modas e de que ele, Castilho, havia de sobreviver a todas¹⁹. Esta opinião não era particular de Castilho. Nas décadas de 40 e 50 muitos dos jovens escritores tinham acreditado na decadência da literatura. Rebelo da Silva achava que nas letras a «revolução estava feita», por Garrett e Herculano, e que o que restava às gerações modernas era cuidar da língua de «Filinto e de Bocage»²⁰. Era o equivalente literário do ordeirismo regenerador, que achava que a revolução estava feita com a igualdade política e que agora se tratava apenas de construir estradas e caminhos de ferro.

Nada podia ser mais revoltante para quem, como Antero ou Teófilo Braga, levava a literatura a sério e julgava a poesia a metafísica do mundo moderno. A literatura concebida como mera diversão ou exercício de estilo distraía os escritores do papel histórico que podiam ter. Leitores de Hugo e dos divulgadores de Hegel, Antero e Teófilo viam os poetas como os homens a quem, num tempo de contradições como aquele em que viviam,

¹⁷ Cf. «Carta de Castilho ao marechal Saldanha (Ponta Delgada, Janeiro de 1849)», in A. F. Castilho, *Cartas*, Lisboa, 1910, vol. 1, p. 115.

¹⁸ Cf. José Bruno Carreiro, *Antero de Quental. Subsídios para a Sua Biografia*, Braga, Editora Pax, 1982, vol. 1, pp. 151-152.

¹⁹ Cf. o que Castilho dizia em 1832 sobre o ultra-romantismo em *Cartas*, cit., vol. 1, p. 18, e o seu prefácio à *Noite do Castelo*, em que reconhece não ser clássico nem romântico: «Neutral sou» (*A Noite do Castelo e os Ciúmes do Bardo*, Lisboa, 1836, p. XVIII).

²⁰ Cf. L. A. Rebelo da Silva, «Poetas líricos da geração nova», in *Revista Peninsular*, Lisboa, 1856, vol. II, pp. 433-452.

cabia a missão de recuperar, através do exercício do seu génio, o sentido da história e guiar os povos. A sociedade burguesa perdera a memória da «ideia» que lhe dera o ser. Essa «ideia» era a revolução. Naquele momento de desorientação só os poetas, os fundadores de civilizações, segundo o exacerbado elitismo literário em voga, podiam recuperar a «ideia»²¹. A poesia entendida num sentido de prática profética tinha, obviamente, de ser matéria de empenhamento total, de entrega absoluta. A «pureza» e «sinceridade», e mesmo a «boa-fé» dos «simples e humildes», a que Antero e os jovens que o acompanhavam não se cansaram de fazer referência durante a polémica, eram o santo e a senha do estado de rectidão moral em que o homem de letras precisava de estar para acreditar no que fazia e entrar, assim, em comunhão com a história. Mais do que a «ciência», diz Antero, é a «virtude» que faz o escritor. O paralelismo com o sacerdócio é o próprio Antero que repetidas vezes o faz nas *Odes Modernas*. Os poetas eram os «operários do futuro», os «grandes profetas da consciência»²². Não por acaso, estes protestos de «pureza» coadunavam-se com as costumeiras declarações do Partido Progressista, que dizia representar a honestidade no governo, contra os «esbanjamentos» e a «corrupção» da Regeneração.

É preciso não esquecer que a polémica de 1865-1866 foi menos uma batalha entre antigos e modernos do que uma querela entre jovens. Manuel Pinheiro Chagas, o precursor das hostilidades entre Castilho e os coimbrões, era da mesma idade de Antero e de Teófilo, escrevia nos mesmos jornais e revistas em que eles escreviam e citava os mesmos autores. Tinha um passado de esquerda imaculado (pertencera à redacção da *Política Liberal*). A diferença entre eles estava em que, para Chagas, Victor Hugo e Hegel eram apenas objecto de referências graciosamente filistinas, enquanto Teófilo e Antero, em livros monumentais, faziam deles glosas elaboradamente confusas. Chagas e os outros jovens críticos de Lisboa sempre reclamaram que os coimbrões não tinham o direito, só por haverem optado pelo plágio medíocre, de se arrogarem a representação em Portugal da «inovação» em literatura. E depois, estava Chagas sempre a notar, como é que se podia considerar Hegel, um alemão do século XVIII, «nova ideia»?

A forma da poesia «ideal» dividia os jovens escritores. João de Deus, por exemplo, achava que se devia escrever para o povo em termos que o povo percebesse. No *Século XIX* Germano Vieira Meireles, o companheiro de Antero, contestava-lhe a simplicidade. Se só as «classes médias» sabiam ler e escrever, era só para elas que eles podiam escrever, e deviam exigir que elas os entendessem. Evidentemente que esta posição de arrogância não era sustentável senão em termos quixotescos. A verdade é que Antero de Quen-

²¹ Cf. Philemon da Silva, «Literatura antiga e moderna», in *O Liberal*, Lisboa, de 16 e 30/3/1865, onde se avança a tese de que os povos nasciam da vontade de um pequeno número de homens.

²² Cf. o poema «Pater», in *Odes Modernas*, e a «Nota sobre a missão revolucionária da poesia» que serve de prefácio ao livro.

tal sofreu críticas de estilo parecidas às de Castilho às mãos dos seus próprios companheiros coimbrões. Para Vicente Machado de Faria e Maio, que abraça Antero como o herdeiro de «1789», as *Odes Modernas*, no entanto, estavam pouco limadas, e o artista sucumbira às declamações do tribuno. Germano Meireles, mais generoso, reconhece também a «dureza» do livro, mas atribuí-a à «língua imprevista» em que os poetas novos tinham de escrever. Antero respondia-lhes dizendo que também Cristo fora obscuro e que as verdadeiras revoluções não se fazem com o «favor das turbas», nem com o «patronato» dos «grandes». A arte era, como dizia em 1861, «o culto antecipado da religião que ainda está por nascer», e o artista não só tinha o direito, como o dever de desprezar o público²³.

No tempo em que elogiara Teófilo, em 1864, Chagas já lhe observava que não teria público para as inovações. Ora, valeria a pena esbanjar talento a compor coisas para não serem lidas? Chagas era um praticante do «folhetim», a forma literária mais cultivada na década de 1860, o tipo de texto em que Júlio César Machado podia ocupar um rodapé da *Revolução de Setembro* a falar de como, ao acordar, dera pela falta de um chinelo²⁴. O «folhetim» era «literatura fácil», género mais de «cépticos» do que de mediócrs. Para escrever grandes livros, «teogonias», era preciso «pensar e sentir pela alma dum povo»²⁵.

A fortuna da «literatura fácil» derivava do impasse em que toda a literatura séria tinha caído em Portugal na década de 1860. Na declaração do júri que premiou a peça *Egas Moniz* de Mendes Leal, em 1861, lê-se que o prémio fora atribuído considerando que as principais qualidades da obra, os «minuciosos estudos arqueológicos e primores de estilo», seriam precisamente os maiores obstáculos a que fosse «condignamente apreciada pela maioria das plateias». Ou seja, a literatura oficial, sem as ambições da literatura metafísica de Coimbra, sofria exactamente da mesma incomunicabilidade. Tinham de escrever para as «classes médias», pois o povo não sabia ler, nem ia ao teatro. Mas os padrões literários que haviam adoptado — a literatura de ideias ou a literatura de estilo — isolavam-nos de qualquer público, fazendo-os acomodar-se no «elogio mútuo», que, afinal, era o único meio que literatos que não eram lidos tinham para se arranjar um prestígio oficial²⁶.

²³ Cf. «Carta de Antero a Flórido Teles de Meneses (Coimbra, 7/8/1861)», in *Cartas*, cit., I, p. 15.

²⁴ Cf. Júlio César Machado, «Sem folhetim», in *Revolução de Setembro*, Lisboa, de 16/1/1866.

²⁵ Cf. «A literatura fácil em Portugal. Folhetinistas», in *A Liberdade*, Coimbra, de 24/12/1865.

²⁶ Cf. P. W. Brito Aranha, «Brinde aos senhores assinantes do *Diário de Notícias*», in *Mendes Leal Júnior, Memórias Políticas e Literárias*, Lisboa, 1887, p. 73.

1.3. ÉPOCA DE TRANSIÇÃO

Durante a «questão» chegou a insinuar-se ser Antero um anarquista do género daqueles estudantes reunidos então no tumultuoso congresso académico europeu de Liège. Como se podia ver pelos extractos que a imprensa portuguesa publicava dos jornais franceses, os moços estavam então a proclamar-se ateus e socialistas, mesmo nas barbas de Napoleão III (que teve de mandar prender alguns)²⁷. Antero não acusou o toque, se bem que um dos seus defensores na imprensa, Luciano Cordeiro, fosse publicamente o correspondente em Portugal da organização do congresso de Liège. Mas os jovens portugueses não eram ainda uma sociedade de revolucionários.

Filhos de proprietários rurais, funcionários, famílias geralmente bem relacionadas, os seus pais já tinham frequentado a universidade, e os seus avós ainda tinham provado a «limpeza de sangue» e a «vida honrada» na leitura de bacharéis. Não representavam um proletariado intelectual numeroso e turbulento. É verdade que foi difícil obter emprego do Estado nos anos que se seguiram a 1865, financeiramente péssimos, mas as estatísticas da Universidade de Coimbra mostram que, com a excepção dos tempos de guerra, nunca, como na década de 1860, houve menos estudantes na universidade durante todo o século XIX²⁸.

Pouco numerosos, eram também livres. Não só não havia censura, como a estrutura da imprensa permitia a convivência nas mesmas páginas de vários gostos e opiniões. Geralmente, o editorial definia a opinião do partido que o jornal claramente seguia. O noticiário era normalmente tendencioso, mas já um bocado livre. E o folhetim, ou a secção cultural, do rodapé da primeira página podia ser um canto de permissividade espantosa. É assim que nenhum dos jovens escritores se poderia queixar de boicote. Teófilo escrevera os seus «contos fantásticos» no *Jornal do Comércio*, revezando Chagas e Camilo Castelo Branco. Antero publicara prosas nublosas na *Revista do Século*, cujos redactores principais eram nada mais nada menos do que Chagas e Osório de Vasconcelos. Durante a polémica de 1865-1866, o desconhecidíssimo Eça de Queiroz colocaria as suas produções na fusionista *Gazeta de Portugal*. Eram motivo de galhofa de toda a redacção, mas eram publicadas à mesma²⁹.

No entanto, em 1865 os «novos» compartilhavam já uma biografia semelhante de activismo académico e decepção política. Falámos atrás dos desgostos dos de Coimbra. Os de Lisboa haviam passado pela frustrada tentativa do grémio académico de 1864-1865, associação de estudantes das escolas secundárias e superiores de Lisboa que se tentou constituir como o primeiro

²⁷ Cf. o extracto publicado na *Revolução de Setembro* de 25/11/65.

²⁸ Cf. o gráfico apresentado em M. J. de Almeida Costa, «Faculdades de leis, cânones, direito», in *Dicionário de História de Portugal*, dir. de J. Serrão, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1971, vol. II, p. 683.

²⁹ Cf. Jaime Batalha Reis, «Na primeira fase da vida literária de Eça de Queiroz», in J. M. Eça de Queiroz, *Prosas Bárbaras*, Lisboa, Livros do Brasil, s. d., p. 9.

elemento de uma federação estudantil nacional³⁰. Antes de abandonarem a tentativa, publicaram vários jornais e fizeram campanha a favor da Polónia «oprimida» e dos estudantes da Universidade de Madrid amotinados contra a tirania.

Só em 1869-1870 a ideia de uma «escola nova», exclusivista e disciplinada, haveria de aparecer em Lisboa. Depois de 1865 a revista ou jornal literário que Antero tentara fundar continuou a faltar. Nos jornais de província que alguns dos jovens seus amigos redigem não se detecta qualquer posição literária ou política especial. Permitem-se referências elogiosas a Antero, Teófilo, mas geralmente fazem o mesmo a Castilho³¹. A sua marca de água é então a exposição do sentimento da perplexidade. Antero ironizava com as vacilações da sua opinião filosófica³². Alberto Sampaio, num ensaio publicado em 1865, considerava «doudos aos que se querem amortilhar com as suas ilusões da primavera da vida»³³. Eça de Queiroz, na *Gazeta de Portugal*, em 1867, acha-se perdido na vida oficial, um ex-romântico, de gostos ecléticos, parte de uma «geração desiludida por três revoluções»³⁴. As histórias da conquista da liberdade em 1834 davam-lhes vontade de rir, de tão inconcebíveis que pareciam no meio do remanso burguês³⁵. Oliveira Martins, no *Febo Moniz*, romance histórico de 1867, e no «Microcosmos», ficção publicada no jornal *Revolução de Setembro* em 1868³⁶, atribuiu este estado de espírito ao «eclectismo» contemporâneo.

«A nossa época é uma transição», avisava Martins. É uma «amalgama indecisa, hipócrita, ilógica e torpemente imoral» de princípios opostos: direito divino, direito revolucionário; centralização, descentralização. O seu símbolo era Napoleão III, cuja política tinha como princípio «a ausência de princípio». O perigo do «período triste, enublado da transição» estava em que as «reações são fáceis». Em termos das vontades individuais, o resultado era a hesitação e a incapacidade. O passado não desaparecera, mas limitara-se, durante a revolução liberal, a operar uma «fusão» com o presente. Quanto à própria revolução, «não a fez, entre nós, o povo. Ciência e cons-

³⁰ Cf. o relato das agitadas reuniões, em que se destacou Jaime Batalha Reis (*Clamor Académico*, Lisboa, de 13/11/1864 e de 10/2 e 16/3/65).

³¹ O *Eco do Lima*, de Ponte de Lima, redigido por José Caldas e Pinto Osório, segundo a orientação política da «unha negra» do Partido Histórico, publica Antero (2/11/66) e noticia a ida para Paris do «estudioso moço, cujos escritos revelaram mais um talento de muita esperança» (2/12/66). Mas, de resto, elogia Castilho e Bulhão Pato e segue com atenção as actividades de Mendes Leal (25/11 e 2/12 e 27/12/66).

³² Cf. «Correspondência de Coimbra», assinada pelo «Bacharel José», in *Século XIX* de 8/2/1865.

³³ Cf. Alberto Sampaio, «Ao acaso (estratégia da idade madura)», in *Gazeta de Portugal. Boletim da Tarde*, Lisboa, de 24/2/1865.

³⁴ Cf. «Uma carta (a Carlos Mayer)», in *Prosas Bárbaras*.

³⁵ Cf. Manuel Bento de Sousa, prefácio à 2 ed. de *A Parvónia. Recordações de Viagem*, por Marcos Pinto, Lisboa, 1894, p. xv. A 1.ª ed. é de 1868.

³⁶ «Microcosmos», in *Revolução de Setembro* de 31/7 e 1, 2, 11 e 12/8/1868 (reed. in *Política e História*, Lisboa, Guimaraes Editores, 1957, vol. 1, pp. 11-44).

ciência do acto nem por sombras as tinha [...] Na península, a realeza tinha de todo atrofiado o município, a vida local; a inquisição, a vida moral, o homem [...] Povo? Um rebanho de súbditos e de fiéis. Veio um dia em que um grupo de homens, cuja educação elevava acima do nível comum» e fez a revolução. «Portugal vestiu-se com as roupagens da liberdade, coroou-se com o diadema democrático, mas no fundo ficou o que era. O povo [...] despidido o trono da divindade, o altar da protecção, insciente da *lei* que se não aprende no percurso de uma guerra, viu tudo em confusão [...] e por fim [...] estabeleceu como lei suprema o venha a nós.» Era uma ideia («a regeneração política de Portugal não veio a ser regeneração social») muito glosada nos meios radicais da década de 1860³⁷. Martins, aliás, inspira-se largamente na literatura que a esquerda produziu sobre a decadência nacional³⁸.

José de Azevedo, apresentado no «Microcosmos» como o «arquétipo do dia de hoje», devia ser a alternativa à transição. Mora num «segundo andar pequeno e velho» na Rua da Rosa a S. Roque. Passa as noites a beber conhaque, a ouvir as horas na torre de S. Roque e a filosofar. («A interrogação sempre, sempre um abismo insondável!») Pessimista quanto ao futuro do país, mas irónico: «E as finanças de mal a pior, o *deficit* a crescer, os ministros todos parvos, o rei *bon-vivant*, o povo desleixado... [...] O rapazio está velho; o país caduco... E a noite fria, o catarro não salva a pátria... «De noite, sonha com o *May-Flower*, o nascimento da liberdade moderna: «A associação. O Estado é a associação. Autonomia do indivíduo, solidariedade homogénea do todo!» (A ideia do «contrato do *May-Flower*» havia o próprio Martins de expo-la seriamente no seu artigo «Do princípio federativo e sua aplicação à Península Hispânica», publicado no *Jornal do Comércio* em 1869.) De manhã, na rua, acodem a Azevedo as suas elocubrações nocturnas. Ao ver uma pobre mulher, «as visões de Platão, Campanella, Tomás Morus, Fourier, passavam-lhe de novo diante dos olhos; julgou ver Prometeu acorrentado ao Cáucaso». Grita: «Ser útil é ser grande [...] A sociedade é o grande *eu*.» É preciso reformá-la, unir os ricos e os pobres: «Felicidade do mundo!» Despreza, porém, os revolucionários popu-

³⁷ Cf. *Século XIX* de 15/4/1865.

³⁸ Luís Augusto Rebelo da Silva, na sua *História de Portugal nos Séculos XVII e XVIII* (Lisboa, Imprensa Nacional, 1971), de que o primeiro volume saíra em 1861, aproveita Herculano e assim antecipa os caminhos de Oliveira Martins no *Febo Moniz*. O absolutismo centralizador de D. João II liquidara a nobreza e os municípios, de modo que Filipe II teve perante si «apenas a sombra daquele antigo e robusto Portugal com quem tinham combatido em outras épocas os seus antecessores». «Quase nada sobrevivia em 1581 da robusta índole e das ideias viris em que os séculos XIV e XV educaram na austera escola dos trabalhos e sacrifícios as heróicas gerações.» «A cobiça» das conquistas provocara a indiferença das classes médias, um mesquinho amor da ordem e o egoísmo: «Ninguém acreditava em si, e ninguém queria arriscar ou perder o que possuía.» (P. 647.) E Rebelo tira a lição: «É a sorte das nações enlevadas na fruição exclusiva dos cómodos da vida física. O cepticismo envenena-lhes as fontes da existência. Esquecidas de si, e só atentas à conservação de interesses efémeros, desprezam o seu nome e a sua história [...]» (Pp. 649-650.) Tudo isto era em 1860, claramente anti-Regeneração.

listas: «Avança dois passos e dá numa esquina com um manifesto do povo, impresso em gordas letras, em nome de qualquer salvador da pátria.» Goza-o: «Ridículo! divino ridículo!» Finalmente, conclui: «Apóstolo é sinónimo de louco», e acaba a viver com a Anica, que encontrou na rua a pedir esmola. Fica conhecido pelo Zé da Anica. É difícil não ver nele uma auto-caricatura pouco optimista.

2. A REVOLUÇÃO DENTRO DE UMA CABEÇA

Durante os anos de 1866 e 1867 todos os «José de Azevedos», como quase toda a gente em Portugal, foram hostis ao governo da «fusão». No *Distrito de Évora*, na Primavera de 1867, Eça de Queiroz esperava que o povo se levantasse contra os impostos votados pela «fusão»³⁹. Enquanto o marechal Saldanha não chegava das suas embaixadas e delongas para derrubar o governo, um par excêntrico e riquíssimo, o conde de Peniche organizava a conspiração democrática contra o governo. Na Lisboa infestada de exilados espanhóis, entre os quais o famoso Roque Bárcia, futuro cabecilha da comuna de Cartagena, os revolucionários portugueses apuravam o republicanismo federal, que havia de ser a ideologia da extrema-esquerda peninsular para a temporada revolucionária de 1868-1874⁴⁰. Foi neste ambiente explosivo que a nova literatura portuguesa tomou consciência de si — como uma literatura revolucionária e de revolucionários.

2.1. IDEIAS REVOLUCIONÁRIAS

Em 1869-1870 já era possível a Luciano Cordeiro ou a Alves de Moraes debitar a dúzia ou duas de nomes que constituíam a aposta dos «novos» ou «modernos» contra a literatura do «romantismo», sumariamente declarado «morto»⁴¹. A lista, tão comprida como a dos literatos das revistas do «elogio mútuo», tinha à frente Antero de Quental e Teófilo Braga. Dela foram sendo intolerantemente purgados todos aqueles que, como Júlio Dinis, A. Silva Gaio ou Pinheiro Chagas, se achavam ou eram considerados seus iguais apenas por terem roçado a verosimilhança no romance, uma tese social

³⁹ Cf. Eça de Queiroz, *Páginas de Jornalismo*, Porto, Lello Editores, 1981, vol. 1, pp. 396 e segs.

⁴⁰ Sobre Roque Bárcia, cf. C. A. M. Hennessy, *The Federal Republic in Spain*, Oxford, at the Clarendon Press, 1967, pp. 97-98 e 224. O jovem A. J. Silva Pinto, amigo de Oliveira Martins e de Cesário Verde, correspondia-se com ele e ao seu apelo partiu em 1873 para Espanha, a alistar-se no exército da República.

⁴¹ Cf. Luciano Cordeiro, *Livro de Crítica. Arte e Literatura Portuguesa de Hoje*, Porto, 1869, p. 247, e Alves de Moraes, «Poetas modernos e panfletários», in *República Federal*, Lisboa, n.ºs 23 e 24, Novembro de 1870.

numa peça de teatro ou certa profundidade filosófica num poema⁴². A arte «nova» era só a dos chefes de Coimbra e dos que juravam por eles, os escritores socialistas. Escritores, e não outra coisa, porque, como explicara Oliveira Martins no *Febo Moniz*, a literatura era, no século XIX, a única arte que não existia pela imitação de modelos antigos. Estava, por isso, destinada a produzir para a «ideia socialista», que era a da época, aquela «expressão ideal» que a arquitectura gótica consubstanciara para o «ascetismo cristão da idade média». Para tanto, a literatura não podia viver de demonstrações de simples mestria formal, nem tão-pouco de boas intenções. A revolução só se deixaria penetrar pela ciência. No caso do «romance histórico», era preciso estudar, reflectir, usar o génio para conseguir a exacta «simbolização» do «carácter dominante de uma época», aparecendo, assim, como «a expressão ideal da ciência histórica»⁴³.

A literatura nova vivia da possibilidade de a ciência compreender a sociedade e a história e da certeza de que compreendê-las equivalia ao reconhecimento da revolução socialista como o destino do século. Tal compreensão, ou o esforço para a obter, teria forçosamente de corresponder a um novo tipo de escritor. Os leitores de jornais descobriram-no como o moço estudioso, fugido do mundo, puritano nos costumes, implacável na erudição⁴⁴. Os escritores do «elogio mútuo» mais indulgentes para com os «novos» não esconderam a sua admiração⁴⁵. Em 1868-1870, quase todos os de Coimbra, Lisboa e Porto vieram à fala, conheceram-se pessoalmente ou correspondiam-se. Era sinal não só do homogéneo meio sócio-literário que frequentavam, e em que a «questão» de 1865 acabara mesmo por ter impacto, como também da ânsia que todos, acreditando-se vítimas da ignorância do país e de um silêncio premeditado por parte dos padrões literários, sentiam de se juntarem, de se ampararem uns aos outros, evitando embora a indulgência

⁴² Cf. a polémica de Luciano Cordeiro e Oliveira Martins contra *D. Frei Caetano Brandão*, de A. Silva Gaio (*Revolução de Setembro* de 10, 17 e 20/10/1868); v. também a crítica ao drama social de Pinheiro Chagas, *Helena*, que António Enes severamente despreza como uma farsa à velha maneira, disfarçada com algumas «prosápias de realismo» (*Gazeta do Povo*, Lisboa, de 9 e 10/4/72).

⁴³ Cf. *Febo Moniz*, Lisboa, Guimarães Editores, 1952, pp. 6-8; v. também o que diz José Estêvão Morais Sarmento, desenganando Ernesto Biester: «Escritor dramático que não tenha hoje por fim moralizar, ou fazer filosofia da história, ou ventilar uma questão social, será obra-prima de estilo, mas não é, não pode ser, monumento da literatura dramática.» (Cf. *Revolução de Setembro* de 17/12/1868.)

⁴⁴ Eis como Oliveira Martins abre um folhetim sobre a interpretação de Shakespeare pelo actor Rossi: «Chegavam-me até à solidão do meu gabinete de estudo as notícias dos triunfos com que Lisboa saudava todos os dias o actor Rossi.» Depois de informar gravemente que não frequentava as «bacanais impudicas» que os teatros importam da «nova Bizâncio» (Paris), descarta Rossi, que toda a gente achava genial, por não ter apreendido o sentido de *Hamlet*. Martins faz então o favor de explicar o *Hamlet*, tendo o cuidado de citar Shakespeare em inglês (cf. *Revolução de Setembro* de 31/12/1868).

⁴⁵ Falando de Adolfo Coelho, Júlio César Machado confessa-se culpadamente: «Enquanto nós por cá vamos passando as noites a escutar a Cenerentola e o Don Bucefalo», Coelho estava em Coimbra, fechado num quarto com livros (cf. *Revolução de Setembro* de 21/10/1868).

mútua. Com entusiasmo e desespero, confessavam-se planos grandiosos, completos (não se devia ser «especialista»), que sabiam não ir ter sucesso, precisamente porque não era a glória fácil, nem a especulação mercantil que os fazia correr⁴⁶. O «escritor é o grande artista, o grande obreiro social», clamava Luciano Cordeiro⁴⁷.

Na *Revolução de Setembro*, em 1868-1869, Luciano Cordeiro achou um nicho para reunir à sua volta e publicar quase todos os jovens escritores que nos cafés de Lisboa eram apontados como inimigos do «elogio mútuo»⁴⁸. Não deixava de ser estranho ver os jovens revolucionários saírem nos folhetins e até editorializar nada mais nada menos do que no órgão da «fusão», o jornal de António Rodrigues Sampaio e do chefe regenerador Fontes Pereira de Melo. O resultado foram algumas páginas deliciosamente ecléticas. No mesmo número do jornal podia aparecer um folhetim de Cordeiro a atacar a arte romântica com citações de Proudhon, enquanto no noticiário se chamava a Castilho ou a Tomás Ribeiro os maiores poetas da pátria. O fenómeno, comentado na época⁴⁹, fazia, porém, certo sentido. Em Janeiro de 1868, o governo da fusão caíra, atormentado pelas manifestações do conde de Peniche em Lisboa e pelo prosaico *lock-out* dos merceeiros do Porto. O resultado da revolução, porém, não fora um governo revolucionário, mas um gabinete do versátil A. J. de Ávila, que três meses depois, sem dinheiro, era atacado por toda a gente, dos penicheiros aos fusionistas. O governo que se lhe seguiu, de Sá da Bandeira e do bispo de Viseu, foi também alvejado dos dois extremos. O alvo comum permitia certa convergência. Sampaio atacava o ministério por estar a destruir o Estado com os seus cortes orçamentais, ou ameaça deles; Luciano Cordeiro, porque destruíra sem construir, por não ser verdadeiramente revolucionário. «Onde está a gloriosa?», perguntava o jovem revolucionário, escrevendo no jornal dos fusionistas⁵⁰.

A definição exacta do que era a revolução tinha sido, no mesmo jornal, obra do amigo de Luciano Cordeiro, Oliveira Martins. Martins aproveitara os livros de outros dois jovens, João Bonança e o próprio Luciano Cordeiro⁵¹, para confrontar a pressa amotinadora do jacobinismo com os serenos escrúpulos da verdadeira revolução, a da ciência social. Bonança,

⁴⁶ Cf. a correspondência publicada por Teófilo Braga em *Quarenta Anos de Vida Literária*, Lisboa, 1903, pp. 67-89.

⁴⁷ Cf. *Revolução de Setembro* de 8/10/1868.

⁴⁸ Cf. A. J. Silva Pinto, *Pela Vida Fora. 1870-1900*, Lisboa, 1900, pp. 6-7.

⁴⁹ Cf. «Resposta da redacção à acusação de heterogeneidade», in *Revolução de Setembro* de 29/9/1868.

⁵⁰ Cf. *Revolução de Setembro* de 1/10/68. No *Portugal Contemporâneo* (Lisboa, Guimarães Editores, 1977, vol. II), em 1881, Martins continuava cheio de reservas sobre a revolução de Janeiro: diz que foi uma coisa dos «negociantes do Porto» (p. 359), ou do pátio do Salema (p. 388), ou uma mera «questão de homens» (p. 403), «a sombra de uma revolução contra a sombra de uma tirania» (p. 402). O ministério do bispo de Viseu era tudo «negação»: economias, economias, e mais nada (p. 403).

⁵¹ Cf. «A democracia em Portugal», in *Revolução de Setembro* de 16/4/1868 (reed. in *Política e História*, cit., pp. 1-10).

um ex-padre, já famoso, muito activo nas conspirações lisboetas do conde de Peniche⁵², representava a primeira linha. Pretendia concentrar o poder executivo e legislativo num único magistrado, um «ministro nacional», eleito anualmente por sufrágio universal controlado por uma «comissão de verificação» constituída pelos delegados dos municípios. O país parecia-lhe óptimo, cheio de recursos, bastando «a simplificação do nosso governo e homens de Estado inteligentes, activos, honrados e liberais», para prosperar. Se os governos não acudissem com uma profícua «acção civilizadora», condenar-se-iam à «insurreição da classe média e de todos os operários», a «razão extrema» do povo, esse «leão indomável»⁵³.

Martins repele a «a pretensão» de Bonança «de resolver em poucas páginas os problemas que se agitam no seio das sociedades modernas», caindo, assim, em erros crassos, como o do sufrágio universal, de que Proudhon muito justamente dissera ser «o modo mais seguro de fazer mentir o povo». «Como se da adição duma soma qualquer de votos pudesse nunca sair a ideia geral, a ideia do povo!» Bonança era um demagogo, fascinado pelo modelo do apóstolo da imprensa, solitário, perseguido pelo poder, mas adorado pelas massas. Tanto Oliveira Martins como Luciano Cordeiro tinham um modelo diferente: o do austero e solene homem de ciência que profetizava apenas depois daquela «soma de investigação paciente que é o único meio de descobrir a verdade em questões desta natureza». Apesar de as referências livrescas serem as mesmas em Cordeiro e em Bonança, o livro de Cordeiro tem realmente um outro tom, cheio de quadros estatísticos e notas de rodapé. A sua preocupação principal é demonstrar a estupidez do popular programa de austeridade da revolução de Janeiro, a «deusa economia, espécie de Messias bota-abaixo». Não passava de um ingénuo «paliativo», quando o que importava era sair da «política burguesa», responsável pelo *deficit*. Mas o estatístico Cordeiro não é muito claro no que isso quer dizer. Fala de «simplificação do Estado» e compara maliciosamente a dotação da família real com o dinheiro gasto na instrução popular. Todavia, descansa logo os «burgueses», que sabe não gostarem de «barulhos na rua». A revolução era apenas a substituição de uma ordem por outra, fundada na «liberdade e ilustração». Ele próprio não era um marginal, sendo até muito amigo do actual ministro da Guerra. Como estudou, o país parece-lhe, ao contrário de Bonança, destituído de recursos. No penúltimo capítulo propõe o expediente da alienação de colónias para amortizar a dívida pública. No fim decide que em Portugal não há «apóstolos conscientes e conscienciosos» da democracia, mas apenas «traficantes desvergonhados», como aqueles «democratas» da indústria que manipulam o povo em Lisboa e no Porto⁵⁴.

⁵² Em Agosto de 1872, aquando da repressão contra os penicheiros, esteve clandestino (cf. Sebastião de Magalhães Lima, *Episódios da Minha Vida*, Lisboa, Perspectivas e Realidades, s. d., vol. I, p. 43).

⁵³ 53. Cf. João Bonança, *Questões de Actualidade*, Porto, 1868.

⁵⁴ Cf. Luciano Cordeiro, *A Ordem do Dia*, Lisboa, 1868.

Martins, ainda mais científico do que Cordeiro, só discorda dele na venda das colónias. «A tradição [...] é um dos elementos de que se compõe o meio social. A abstracção é, em política, como em geral, o maior dos enganos e o mais pernicioso.» A sua ideia fixa é «encontrar na natureza o princípio da verdade social», projecto plausível, visto que «os fenómenos sociais não são mais do que a reprodução dos naturais». Por isso, chega a defender a existência do exército, da diplomacia, das colónias, da monarquia, em nome do símile entre a evolução das sociedades e a da natureza, que iriam sempre do simples para o complexo.

«As reformas urgentes, inadiáveis, não as há-de fazer a revolução, se por acaso ela tiver de vir, mas o tino, a razão e a boa vontade.» O grande «perigo» é «a possibilidade do desvario de alguns levar a sociedade a uma revolução perniciosa, porque não popular: do povo ciente e firme no que faz». O povo não está ainda «no estado de cultura moral e intelectual para compreender a democracia» — quando estiver, «vê-la-eis sistema». Porquanto «os sistemas políticos nascem, crescem e morrem na época própria, determinada». Ora, «pretender impor um determinado sistema contra a vontade comum, manifestada pelo assentimento tácito ao existente, é uma tirania. Seja porventura a do bem.» Além disso, «conhece o povo português, que não usa do direito que lhe confere o voto, o que é o governo de si próprio; poderá acaso usar dele? Não.» Levá-lo à revolta é lançá-lo noutra «93». «Eu não posso convencer-me da utilidade da insurreição do povo, quando vejo nas mãos dele os seus próprios destinos.» É preferível continuar «a santa propaganda do *a, b, c*», a educação. «Não é o governo que gera a sociedade, mas o inverso.»

É fácil detectar aqui não só a leitura de Proudhon, como a própria estratégia proudhoniana de separar uma esquerda científica, elitista, da velha democracia jacobina. Em 1863, no seu livro mais citado nessa década, *Du principe fédératif et de la nécessité de reconstituer le parti de la révolution* Proudhon enfrentara a questão de saber por que é que as revoluções republicanas francesas se tinham despenhado sempre na tirania cesarista. Concluía que o povo era republicano, mas por instinto gregário, e não por real elevação espiritual. O carácter primitivo dos seus instintos levava-o a apreciar as «formas sumárias de autoridade», o poder de chefes como os Bonapartes. «Livrée à elle-même ou menée par ses tribuns, la multitude ne fondera jamais rien.» A «massa», a «multidão», a «turba», a «plebe», «não tinha a religião das ideias». Ofederalismo, o equilíbrio científico entre a liberdade individual e a autoridade social, era a alternativa de uma elite de sábios socialistas à «democracia retrógrada» do povo e dos jacobinos, pelos quais Proudhon nunca perdia oportunidade de declarar a mais intransigente repugnância⁵⁵. E os seus leitores portugueses, educados na penitência a que a esquerda europeia se sujeitou depois da tremenda derrota de 1848, nunca

disseram outra coisa⁵⁶. Já em 1859 o jovem Antero nos aparece muito ordeiro, a protestar contra os adutores do povo, censurando a «propaganda de ideias subversivas», os «clubes» e as «revoluções»⁵⁷. A revolução era o que eles pensavam, a ideia deles, e não os desordeiros que o conde de Peniche em 1868 lançava ao assalto do passeio público⁵⁸.

2.2. O FIM DO CONSTITUCIONALISMO

A pacífica ideia da revolução pelo ABC ameaçava tornar estes jovens republicanos tão respeitáveis como os seus pais de 1848 se tinham tornado durante a Regeneração. Ao fim e ao cabo, era no mesmo sentido que os directores fusionistas da *Revolução de Setembro* ou os progressistas do *Jornal do Comércio* eram todos republicanos. Achavam a República o melhor dos regimes, mas consideravam que no caso presente só a monarquia constitucional podia garantir ordem e progresso. Forma suprema dos regimes políticos, a viabilidade da República dependia das virtudes que os cidadãos adquirissem através de uma instrução laica e cuidada. A «igualdade para todos» só se poderia atingir pelo «aperfeiçoamento moral de todos». Para servir esse objectivo existiam as associações de «artistas», criadas nas cidades pela maçonaria democrática durante a década de 50, que tinham Castilho por herói e a fontista *Revolução de Setembro* por grande protectora. A garantia de toda esta republicanação harmónica estava na própria monarquia, na disponibilidade do rei para desempenhar o papel de «primeiro progressista do país». Em 1868 D. Luís mantinha a tradição do irmão, D. Pedro V, o «rei democrata». As reclamações de 1867 tinham-lhe sido dirigidas e o rei recebeu os revolucionários, com o conde de Peniche à frente, e demitiu os fusionistas. Os Braganças, aliados aos Sabóias, estavam à frente da democracia, e não da reacção, como os impenitentes Bourbons espanhóis. Como um velho democrata reconhecia, na monarquia constitucional progressista «nós temos já uma república *sui generis*, valha a verdade, posto que democrática de menos e pobrezinha de mais»⁵⁹.

Foi no fim de 1868 e durante o ano de 1869 que a democracia em Portugal saiu do infantário monárquico. Em Setembro de 1868, a revolução espa-

⁵⁶ No *Febo Moniz* Martins desenvolvia largamente o horror pelo povo no estado de turba. É que para essa «terrível criança chamada povo» o «tumulto é o seu prazer». Porque «não pode resistir ao domínio da palavra», o povo, «a turba», é o objecto da demagogia. É «sempre instrumento, nunca ideia». De facto, a «volubilidade exagerada» é o «maior vício» da «população». Sempre, quase sempre «coristas e comparsas», as «massas» podem, no entanto, quando incitadas, tomar «o aspecto medonho da anarquia».

⁵⁷ Cf. *Prosas da Época de Coimbra*, cit., pp. 146-147.

⁵⁸ Em 1870 escrevia Antero nas *Odes Modernas*: «Já sei o que vale a nova ideia, / Quando a vejo nas ruas desgrehada, / Torva no aspecto, à luz da barricada, / Como bacante após lúbrica ceia ! / [...] Mas a ideia é num mundo inalterável, / Num cristalino céu, que vive estável [...]»

⁵⁹ Cf. J. Dubraz, *A República e a Ibéria*, Lisboa, 1869, pp. 14-15; v. também os termos em que a monarquia é defendida no jornal *A Fama*, Lisboa, de Maio de 1870.

nhola veio provar que uma democratização ousada da sociedade era possível. Subitamente, a Espanha, até aí o reino de terror de Narvaez, a Rússia do Ocidente, era mais progressista do que Portugal — e já não tinha rei. Os discursos dos líderes republicanos de Madrid, como Castelar, vinham em páginas inteiras da imprensa de esquerda. Um dos primeiros sinais das negociações entre Castelar e os radicais portugueses foi o opúsculo *Portugal perante a Revolução de Espanha*, em que Antero de Quental se sentiu enfim suficientemente audaz para trocar a pátria pela democracia⁶⁰. Os democratas conformados chegaram a aplaudi-lo, achando embora pouco político o arrojo⁶¹. Mas o que os acontecimentos em Portugal iriam demonstrar era que nada se ganhava em ser prudente.

Ninguém amara demasiado o governo do bispo de Viseu. Mas a sua queda miserável, em Agosto de 1869, às mãos da camarilha, dos velhos políticos de tarimba da Regeneração e dos novos arrivistas da revolução de Janeiro e a sua substituição por um Loulé ainda comprometido pela fusão irritaram os ânimos da esquerda. A crispação produziu uma certa ousadia. O *Jornal do Comércio*, respeitável jornal progressista da praça de Lisboa, declarou-se republicano-federal. É verdade que fazia as ressalvas educativas do costume acerca da República. Mas era uma novidade. Na *Revolução de Setembro* os editoriais começaram a gozar os republicanos federais, e sobretudo os «filósofos» da revolução de Janeiro, aqueles leitores de Hegel e de Proudhon que tinham descoberto o seu afecto ao reformismo só depois de este cair e queriam agora formar o «partido novo»⁶². Talvez Martins estivesse entre eles. Tinha publicado uma espécie de «credo» proudhoniano no *Jornal do Comércio* em Setembro de 1869, e correspondia à descrição da *Revolução de Setembro*⁶³. Mas continuou a publicar num lado e noutro. De facto, ele próprio confessava desanimadamente a Teófilo Braga que os seus artigos revolucionários não tinham tido grande efeito. Pelo contrário. Para cúmulo da irrisão, um burguês conservador viera até cumprimentá-lo: «Homem, os seus artigos têm uma vantagem: não fazem mal a isto [o Portugal monárquico] porque ninguém os entende»⁶⁴.

Mas era o fim daquela monarquia constitucional que os seus pais tinham julgado que os levaria confortavelmente para o futuro que no ano seguinte os novos tiveram o prazer de anunciar. Em *República*, imodestamente subintitulado *jornal da democracia portuguesa*, que o grupo de Antero publica

⁶⁰ Cf. «Carta a Alberto Sampaio (fins de 1868)», in *Cartas*, cit, 1, p. 107. Em 1880 Teófilo Braga notava como a revolução espanhola de 1868 «veio provocar uma mais pronta dissidência dos espíritos, dando à propagação da escola de Coimbra a Lisboa um carácter exclusivamente político» (cf. *História das Ideias Republicanas em Portugal*, Lisboa, Vega, 1983, p. 81).

⁶¹ Cf. J. C. Vieira de Castro, *A República*, Lisboa, 1869, p. 9.

⁶² Cf. *Revolução de Setembro* de 7, 9, 12, 17, 20 e 21/10/1869.

⁶³ Cf. «Do princípio federativo e sua aplicação à Península Hispânica», in *Jornal do Comércio* de 19, 21, 22, 24 e 25/9/1869 (reed. in *Jornal*, Lisboa, Guimarães Editores, 1960, pp. 9-42).

⁶⁴ Cf. «Carta a Teófilo Braga (15/1/1870)», in T. Braga, *Quarenta Anos de Vida Literária*, cit., pp. 73-74.

na Primavera de 1870, durante os últimos dias do governo de Loulé e o início do carnaval saldanhista de Maio, Oliveira Martins sujeitou o regime a uma rigorosa refutação proudhoniana⁶⁵. Proudhon tratara o constitucionalismo monárquico como um dos governos «empíricos» ou «mistos» produzidos pelas transacções entre dois ideais irrealizáveis, a monarquia absoluta, regime da autoridade, e a república democrática, o da liberdade⁶⁶. Martins partiu daqui para fazer a história da monarquia constitucional em Portugal desde 1820. Em Portugal, tal como no esquema de Proudhon, os dois partidos, o da «monarquia pura» e o da democracia, «anulavam-se» um ao outro. «O primeiro tinha o país, não tinha as ideias. O segundo tinha as ideias, não tinha o país.» Venceu, por isso, o «partido do meio termo», que em 1834 impôs à força o constitucionalismo monárquico em Portugal. Os habitantes do reino, porém, porque o regime não tinha nenhuma ideia nova a propor-lhes, permaneceram prisioneiros do fanatismo católico que os havia ligado a D. Miguel. Por isso, a classe dos que viviam da política constitucional convertera-se numa «classe separada». Nenhum dos bandos políticos «tinha um apoio firme e consciente no povo, mas todos eram facções, grupos de homens que entre si gladiavam o poder». Para manter a paz entre eles, Palmela, e depois Rodrigo da Fonseca Magalhães, tinham recorrido à corrupção, que era, ao fim e ao cabo, o segredo do sistema. Sempre que os recursos com que se compravam adversários políticos faltavam, o constitucionalismo descambava em desordem, como acontecera em 1868⁶⁷.

Reclamando-se herdeira «dos jacobinos de 1820, dos deprezados de D. Pedro, dos patuleias de 36», a *República* não queria ser menos do que o seu nome indicava, porque era precisamente «a organização monárquica, com as suas peias, as suas exigências, as suas despesas», que impedia qualquer reforma ou até a simples gestão. «Só um governo verdadeiramente popular, como o governo republicano, pode pedir ao povo e obter dele os sacrifícios indispensáveis para restabelecer o equilíbrio financeiro.» No futuro, a descentralização administrativa diminuiria os encargos da Fazenda, enquanto a «iniciativa particular», livre da «tutoria do constitucionalismo», produziria riqueza.

⁶⁵ Cf. «Os 50 anos da monarquia constitucional» e a série de artigos dedicados à análise dos acontecimentos do dia, in *República*, Lisboa, n.ºs 1-7, de Maio de 1870 (reed. in *Política e História*, cit., vol. I, pp. 87-135).

⁶⁶ Cf. Proudhon, *Du principe fédératif*, cit., pp. 44-45 e 55-57.

⁶⁷ No *Portugal Contemporâneo*, em 1881, Oliveira Martins continuou a recitar, cada vez melhor, a certidão de óbito do constitucionalismo que Proudhon lhe inspirara na década de 1860: «O leitor sabe que 33 não saiu do sangue da nação — como um 89. Foi uma conquista à mão armada, que substituiu a classe governativa do reino. No decurso da história que narrámos, o facto da separação do governo e do povo cresceu com o descrédito do primeiro e com a miséria do segundo, até que Rodrigo veio confessar que, 'comprando-se feitos deputados e casas', era tudo uma comédia; até que o povo, percebendo-o, pôs de banda o bacamarte de guerrilheiro, deitando-se à enxada e esperando em casa o político para lhe pedir estradas, isenções de recruta, e uns cobres, pelo dia perdido com a urna. Consumado este acordo tácito, houve logo paz e liberdade.» (*Portugal Contemporâneo*, cit., vol. II, pp. 404-405.)

Martins deu a ler a colecção do jornal a Alexandre Herculano, que não teve muito que dizer, a não ser que lhe parecia demasiado fácil aquela moda de atacar um regime que, apesar de tudo, garantia aos novos «a faculdade de evangelizarem o republicanismo e a democracia, sem perigo de lhes escapar a cabeça de cima dos ombros»⁶⁸. Mas por pouco mais o governo representativo suscitava afeições. Para a imprensa dita «progressista», as instituições da Carta não chegavam por si para segurar a «liberdade». O artigo 6 proibía a liberdade de cultos. A corte, a câmara dos pares e os governos populares que o rei nomeasse podiam servir sempre de canais à infiltração do país pela igreja de Roma. O parlamentarismo eram apenas as regras de um jogo que o adversário político, em princípio, devia ser sempre acusado de violar. Durante a crise financeira e política de 1868-1871 toda a gente concordou que as coisas não podiam continuar como estavam desde a «paz podre» de 1851⁶⁹. O *Jornal do Comércio*, órgão progressista, queria que a imprensa fosse reconhecida como o quinto poder do Estado. Em geral, reconheciam-se as vantagens da dinamização da opinião liberal pela constituição de verdadeiros partidos militantes, em vez dos cozidos à portuguesa da Regeneração. Só a *Revolução de Setembro*, com a sua contumácia regeneradora, insistia em que ordem, progresso económico e associativismo popular chegavam desde que houvesse juízo e competência.

Os redactores da *República* estavam para além de todos os paliativos. Rejeitavam o constitucionalismo, não porque não funcionasse, mas porque não podia funcionar. O constitucionalismo eram «factos confusos, instituições caóticas, códigos sem unidade de princípio, que desorientam as mais claras indicações do bom senso natural». O regime «despreza as ideias, o sistema, a unidade», era uma «coisa que tanto pode ser como não ser», e daí a degradação geral de todas as crenças, desde o liberalismo à religião católica. As sociedades, para não sucumbirem, necessitavam de reconstituir-se como «um todo harmónico e como um organismo vivo». O Estado do constitucionalismo, uma astuta «justaposição de interesses regulamentados», o «absurdo organizado» sob a forma do «equilíbrio irracional das conveniências», nunca seria capaz de gerar a «ideia» que fundaria o Estado como «unidade colectiva e transcendente dos pensamentos individuais»⁷⁰.

De certa maneira, o miguelismo cativara o país porque realizava esse tipo de unidade, mas fundado no fanatismo católico, contrário ao século e por isso condenado à partida. Era esse Estado de beatitude e crença colectiva que os intelectuais da *República* se propunham recuperar, mas edificando-o

⁶⁸ Cf. Alexandre Herculano, «Carta a Oliveira Martins (Dezembro de 1870)», in *Cartas*, Lisboa, Livraria Bertrand, s. d., vol. 1.

⁶⁹ As *Farpas*, em Maio de 1871, notavam que era a imprensa liberal quem todos os dias declarava o constitucionalismo desautorizado (cf. J. M. Eça de Queiroz, *Uma Campanha Alegre*, Porto, Lello Editores, 1943, vol. 1, p. 50).

⁷⁰ Cf. «Liberdade de cultos», in *República* de Maio de 1870, n.ºs 2, 4 e 5 (reed. in *Política e História*, cit., vol. 1, pp. 69-85).

sobre a ciência, em vez da fé, e tendo como objectivo a justiça social demonstrada por Proudhon — e não o paraíso prometido pelo Padre Eterno. É de facto pensando em «cultura», em «revolução cultural», na concepção do Estado como «nação cultural», que melhor se poderá compreender hoje a tese do Estado-pensamento que o jornal *República* defende. O próprio Herculano, apesar de se ter servido do socialismo de Oliveira Martins como contraste para tomar consciência do espiritualismo da sua ideia de liberdade (uma «verdade de consciência, como Deus»), também media as possibilidades políticas dos países pelo que hoje se chamaria *cultura*. Ele chamava-lhe «carácter» e encontrava-o expresso, por exemplo, no tipo de religião tradicional.

2.3. COM O DIABO NO CORPO

Em 1869-1870 os jovens republicanos descobriram as delícias da ousadia. Conspiraram nas lojas, quiseram enquadrar os operários, disseram toda a verdade na nova imprensa republicana⁷¹. Nenhum dos partidos constitucionais lhes merecia respeito, e muito menos o partido «reformista» que os amigos do bispo de Viseu andavam então a montar. Sabia a pouco, moderado como era até à hipocrisia e à hesitação⁷². De vistas largas, as folhinhas semanais que publicavam em Lisboa (a *República Federal*), Porto (*Gazeta Democrática*) e Coimbra (*O Tribuno*) andaram em reuniões para se coordenarem num movimento nacional⁷³. Os seus níveis de revolucionarismo literário eram desiguais, mas a urgência da rebelião desculpava a promiscuidade⁷⁴. Então Antero e Oliveira Martins (entretanto desempregado) escreveram com os penicheiros na *República Federal* e o primeiro chegou a passar por chefe de uma associação de trabalhadores radicais no bairro popular de Alcântara. Tal como em Espanha, acreditavam que o republicanismo ainda era uma força revolucionária na Europa e que assistiam aos últimos dias dos tronos e dos altares⁷⁵. Da mesma maneira, nunca venceram aquela ineficácia que aos olhos de hoje faz o republicanismo federal espanhol passar por um movimento de jovens diplomados e escritores que mitigavam o desemprego, desentranhando-se em jornais efémeros e arengando nos «clubes»⁷⁶. As teorias dos Portugueses eram as mesmas dos Espanhóis: culto hegeliano das ideias, regeneração moral como condição da acção política, a necessidade de substituir a religião pela ciência como cimento social. Em Espanha, ape-

⁷¹ Cf. os termos violentos em que se pediam cortes constituintes (*Democracia*, Lisboa, de 16/3/1871).

⁷² Cf. *República Federal* de 30/7/1870.

⁷³ *Ibid.* de Abril de 1870, n.ºs 7, 8 e 9.

⁷⁴ Enquanto em Lisboa se matava o romantismo, no Porto ainda havia saudações a Castilho no jornal de Guilherme Braga (cf. *Gazeta Democrática*, Porto, n.º 3, 1870).

⁷⁵ Cf. o horizonte apocalíptico evocado por Sérgio de Castro, Bettencourt Rodrigues e Alves Morais em *A República Portuguesa. Opúsculo Político*, Lisboa, 1872: «derrocam-se os tronos», os oprimidos erguem-se e sacodem as algemas, etc.

⁷⁶ Cf. C. A. M. Hennessy, *The Federal Republic in Spain*, cit., pp. 73-102.

sar de lhes faltar influência no exército, sempre elegeram deputados, tiveram alguma popularidade nas cidades da Andaluzia. Mas lá tinha acontecido uma revolução e combatia-se uma intermitente guerra civil com o carlismo. Em Portugal a revolução eram os «patriotas» do Porto, sempre dispostos a fazer *meetings* contra os jesuítas e os impostos, umas aldeias avessas ao fisco, e finalmente um «foco subversivo» em Lisboa, permanentemente constituído pelas lojas maçónicas republicanas, os sargentos nelas iniciados e alguns oficiais saldanhistas de quem Peniche se fazia o chefe.

Depois do fiasco da ditadura de Saldanha, em Maio-Agosto de 1870, os jovens federalistas portugueses aperceberam-se de que não viviam em revolução. Mas continuaram a julgar que a Europa sim, e a comuna de Paris mais os deve ter convencido de que a «gloriosa», se não havia de nascer nas margens do Tejo, a elas havia de chegar. Em 1871-1872 o resultado desta ilusão foi a Península Ibérica converter-se no último bastião da revolução europeia — mas julgando sempre, com uma modéstia errada, embora reconfortante, que era apenas o mais pequeno elo da cadeia⁷⁷. Foi com esta impressão que a vanguarda intelectual da revolução em Lisboa resolveu convidar o público em Maio de 1871 a discutir «serenamente» as ideias da inevitável revolução. À gente do costume juntara-se um excêntrico professor do curso superior de Letras Augusto Soromenho, radical de 1862.

O objectivo atribuído às «conferências democráticas» — preparar, pelo estudo, a «consciência pública» para a revolução — era habilmente ambíguo. Uma revolução escolar não era exactamente a das barricadas, e por isso nada havia que mandar fazer à guarda municipal, mas essa revolução era a que mais interessava os novos. Podiam, assim, sem contradição, dar uma «sólida garantia à ordem» e ao mesmo tempo ter em paz a sua consciência radical⁷⁸. De facto, confiavam menos nesta habilidade do que na correlação das opiniões em Lisboa, que lembrava um pouco 1868. Em 1871 existia um outro governo de A. J. de Ávila, que meses antes se purgara dos ministros «reformistas». A maioria parlamentar do bispo de Viseu, todavia, continuava em S. Bento, sempre a ameaçar desfeitear o ministério e sempre, por sua vez, a ser ameaçada de dissolução. Era ainda o tempo em que quem podia se fingia de esquerda. Todos os chefes políticos, quase sem excepção, se tinham deixado envolver com os penicheiros sempre que estavam na

⁷⁷ Cf. Mikhail Bakunine, *Statism and Anarchy* (1873), trad. de Marshall S. Shatz, Cambridge, Cambridge University Press, 1990, p. 30. Nesta época F. Engels não se cansava de admirar o quanto os Espanhóis eram fanáticos e como em Espanha as classes sociais se odiavam sem quartel. Faltava-lhes uma boa «dose de teoria alemã» para darem revolucionários perfeitos (cf. «Carta de F. Engels de 10/6/72», in K. Marx e F. Engels, *Collected Works. Letters, 1870-1873*, vol. 44, Londres, Lawrence and Wishart, 1989, p. 394).

⁷⁸ A documentação sobre as «conferências do Casino» está referida e antologada em António Salgado Júnior, *História das Conferências do Casino*, Lisboa, 1930, João Medina, *As Conferências do Casino e o Socialismo em Portugal*, Lisboa, Pulicações D. Quixote, 1984, e José Augusto França, *As Conferências do Casino no Parlamento*, Lisboa, Livros Horizonte, 1973.

oposição⁷⁹. De modo que as *Farpas*, que Eça de Queiroz e Ramalho Ortigão então iniciaram, podiam ironizar que nas conferências se iria pela primeira vez «demonstrar» cientificamente a «democracia» que toda a gente andava a «cantar, berrar e soluçar», de Peniche ao bispo de Viseu.

Tudo correu bem, demasiado bem. Os jornais contabilizavam semanalmente as duas centenas de pessoas que assistiam, a maior parte rapaziada das escolas, e resumiam as conferências. A imprensa liberal apreciou os ataques ao ultramontanismo, à centralização e às «conquistas». Herculano tinha-os habituado àquilo. Antero, muito habilidosamente, abriu uma polémica com os jornais católicos, de modo que parecesse que só a reacção podia atacar o que se dizia no Casino. Ávila, no entanto, quis provar que o seu era o «governo forte» em que já alguns viam vantagem depois de seis governos e quatro eleições gerais em pouco mais de dois anos. Resolveu, assim, proibir as conferências por ofensa à religião do Estado. Os «novos» aproveitaram para cerrar fileiras e contar as cabeças, assinando protestos, que a imprensa, porque os rapazes eram «liberais», publicava solidariamente. No fim do Verão os reformistas ainda os usaram para incomodar Ávila no parlamento. Os «novos», pelo seu lado, procuravam envolver Herculano, ambicionando talvez dar à questão a dignidade da campanha que em 1858 unira a «família» progressista contra a reacção. Mesmo assim, a jogada «liberal» de Antero tinha resultado tão bem que Pinheiro Chagas, no debate parlamentar sobre o caso «Casino», não conseguiu convencer muita gente de que os conferencistas não eram apenas «liberais avançados» com a opinião de que devia terminar a religião oficial, mas socialistas daqueles que achavam a liberdade uma «detestável invenção burguesa». As *Farpas*, sempre vigilantes, alertavam a opinião liberal: «O governo inventa em Portugal o socialismo» quando todos sabiam que no país havia apenas «três ou quatro pensadores que não querem sair por ora da côncava paz dos seus livros».

Não era exacto. Por ocasião das conferências, os três principais organizadores delas, Antero, Jaime Batalha Reis e José Fontana, tinham sido secretamente contactados pelo conselho federal da organização espanhola da Associação Internacional dos Trabalhadores, cujos chefes estavam então refugiados em Lisboa⁸⁰. A conversão não parece ter sido difícil. Eça de Queiroz tentou logo impressionar Manuel Emídio Garcia, professor da universidade, escrevendo-lhe do meio de uma Lisboa cheia de clubes conspiradores

⁷⁹ Quando Eça de Queiroz foi despachado administrador de concelho pelo governo de Saldanha, em Julho de 1870, os amigos ofereceram-lhe um jantar de despedida, a que presidiu António Rodrigues Sampaio, o porta-voz na imprensa dos regeneradores e que em Maio passara pelo ministério ao lado do conde de Peniche (cf. A. Cabral, *Eça de Queiroz*, Lisboa, 3.^a ed., Livraria Bertrand, s. d., pp. 129-130).

⁸⁰ Os melhores documentos sobre a organização socialista em Lisboa em 1871-1873 são a carta de J. C. Nobre França a F. Engels de 24/6/72 e o relatório do agente Latour de Maio de 1873 [cf. Jacques Freymond (ed.), *La Première Internationale*, Genebra, Institut Universitaire de Hautes Études Internationales, 1971, vol. III, pp. 400-418; v. também Carlos da Fonseca, *Integração e Ruptura Operária*, Lisboa, Editorial Estampa, 1975].

a anunciar-lhe que era «membro da Internacional». «Não penses que é um movimento isolado de alguns espíritos mais esclarecidos: é uma intenção quase unânime e que se apoia no pequeno comércio e na classe operária»⁸¹.

O contacto da Internacional com os «espíritos esclarecidos» acontecera através das associações que a maçonaria democrática tinha, desde a década de 1850, implantado entre os ofícios lisboetas. Eram centros de opinião radical, mesmo quando não politicamente activos, habituados à frequência dos escritores democratas, que lá iam fazer discursos ou ler poemas. Durante anos António Rodrigues Sampaio presidira à mais importante associação do género, o Centro Promotor para os Melhoramentos das Classes Laboriosas, que os internacionalistas espanhóis imediatamente reconheceram como similar aos centros do mesmo tipo que os democratas geriam em Madrid. Por que é que, uma vez entre trabalhadores, foram falar com escritores republicanos, pode-se explicar pelo que já se disse e por José Fontana, que era membro do Centro Promotor. Mas também deve ter tido influência na escolha do futuro pessoal internacionalista o facto de os espanhóis não serem os mais puros membros da Internacional. Em Espanha, tal como em Itália, a AIT servia de fachada a uma outra organização, a misteriosa sociedade secreta por vezes referida pelo nome de «Aliança para a Democracia Social»⁸². O chefe era o emigrado russo Mikhail Bakunine e o rigoroso nihilismo a que os seus membros se podiam entregar ficou exposto, em 1871, na Rússia, durante o processo Nechaev, de que Dostoevsky extraiu as personagens e a intriga para *Os Possessos*. Bakunine estava menos interessado em sindicatos e organização do movimento operário do que em explorar o excelente material subversivo que via disponível numa «jeunesse ardente, énergique, tout à fait déplacée, sans carrière, sans issue». Segundo os seus inimigos, Marx e Engels, Bakunine referia-se assim a estudantes, jovens desempregados das profissões liberais, caixeiros, jornalistas da pequena imprensa — gente com dificuldades em começar a vida, frustrados ou sonhadores. O género que nas cidades italianas e espanholas mais provavelmente frequentaria a carbonária e os clubes republicanos⁸³. A descrição assentava perfeitamente aos filiados portugueses que a AIT — ou a «Aliança» — adquiriu em Lisboa em 1871.

Além dos organizadores das conferências democráticas, ficaram também iniciados penicheiros de vários tipos. O resultado foi a multiplicação de pequenos grupos que se dedicaram fervorosamente à complexa tarefa de se absorverem e excluírem uns aos outros. Ao contrário do que aconteceu em Espanha, a Internacional nunca veio a público em Lisboa. Os vários internacionalis-

⁸¹ Cf. J. M. Eça de Queiroz, «Carta a M. Emídio Garcia (1871)», in *Correspondência*, ed. de Guilherme de Castilho, Lisboa, Imprensa Nacional, 1982, vol. I, p. 61.

⁸² Cf. Max Nettlau, *La Première Internationale en Espagne*, Amsterdão, D. Reidel, 1969, pp. 92 e segs.

⁸³ Cf. os documentos publicados pelo Congresso da Haia da Internacional [J. Freymond (ed.), *La Première Internationale*, cit., vol. II, pp. 381 e segs.].

tas preferiram a organização iniciática e criaram ou tentaram parasitar associações ou federações de associações operárias, onde seleccionavam os seus membros. A Internacional gozava então da reputação de ser rica e poderosa, e não foi difícil fascinar gente nas oficinas e fábricas.

Antero de Quental, Jaime Batalha Reis, Oliveira Martins (por correspondência), colaboraram com um grupo chefiado por tipógrafos, geralmente a classe mais militante, que finalmente entrou em contacto com Engels, em Londres, e tentou seguir a linha da AIT. Com a AIT estilhaçada entre marxistas e bakuninistas, é preciso dizer que não era o exercício mais fácil. Entretanto, Antero e Batalha tinham tido uma dramática entrevista com o conde de Peniche, em que o obrigaram a confessar que, afinal, não era bem a República e o socialismo o que pretendia. Romperam de vez com ele, o que não impediu os internacionalistas mais puritanos de continuarem a suspeitar deles por causa dos maus hábitos clubistas e, sobretudo, por causa do seu intelectualismo. Numa carta para Engels, em Junho de 1872, o tipógrafo Nobre França queixava-se da sabedoria determinista dos seus camaradas escritores, a mania de deduzirem «os acontecimentos futuros pelos factos anteriores, históricos». E previa que «este modo de ver, baseado nos conhecimentos históricos e científicos, tem e terá uma influência muito nociva na organização da Internacional neste país». Todavia, a verdade é que Nobre França não os podia dispensar. O meio literário era uma das estradas reais da Internacional. A propaganda enviada para o Porto, por exemplo, ia recomendada a Teófilo Braga e ao editor Anselmo de Moraes, que se dedicara a iniciar operários na maçonaria e logo se mostrou muito entusiasmado pela Internacional.

Os problemas que a literatura causava aos operários transparecem no semanário *Pensamento Social*, que Antero, José Fontana e outros redigiram desde Fevereiro de 1872. Até Julho desse ano o jornal conservou-se puramente doutrinário. Dava notícias da Internacional em Espanha (dir-se-ia que não existia em outro lugar na Península Ibérica) e recomendava aos leitores o modelo trabalhista inglês. A Portugal quase não há referências nos primeiros números, e o jornal só interrompe a catequese para instar os trabalhadores a conservarem a mais estrita virgindade política⁸⁴. Era decerto cauteloso contra o contágio penicheiro, mas só faz completo sentido do ponto de vista do sistema de revolucionarismo intelectualista que justificava a activi-

⁸⁴ Quando se começou a falar de intentona penicheira em Lisboa, os trabalhadores foram logo muito ordeiramente avisados de que «o vosso lugar seria no trabalho ou na família, e não na agitação das praças». Havia muito que a AIT renunciara a «toda a acção corporativa que tenha por fim efectuar a transformação social por meio de reformas políticas» (cf. *Pensamento Social*, Lisboa, Março de 1872, n.º 3, p. 3). Mal a oposição quis inventar protestos populares contra os novos impostos decididos pelo governo, no Verão de 1872, aprovam a recusa das associações operárias em imiscuírem-se em questões de «especulação política» (*ibid.* de 28/7/1872, n.º 21, p. 3.). Na primeira greve portuguesa que noticiam não deixam de recomendar cuidado com as «comocões sociais» e explicar que, sem primeiro haver uma boa organização, mais valia absterem-se desse tipo de luta (*ibid.* de Março de 1872, n.º 2, p. 1). Ao governo não tinham dúvidas em prometer que «em Portugal não há guerra de classes, e não será o socialismo que irá declarar a guerra social» (*ibid.* de Março de 1872, n.º 6, p. 1).

dade do jornal. Partia-se do princípio de que as instituições sociais provinham «única e exclusivamente da consciência humana». O único movimento histórico era o do espírito. A revolução corresponderia, portanto, a uma «transformação íntima» cujas condições tinham sido cientificamente determinadas pelos «pensadores sociais». O objectivo dos socialistas devia ser o de «organizar» as «massas» de modo que o proletariado formasse um «todo orgânico», por meio do qual as ideias pudessem passar do «mundo do espírito» para o «mundo das realidades»⁸⁵.

Esta formulação não devia ser pacífica nas fileiras. Parecia que a revolução era uma ideia *a priori*, e os trabalhadores convidados a corporizá-la reunindo-se em associações onde o ideário lhes havia de tocar os corações. Era um pouco forçadamente que se pressupunha que o «sentimento popular coincide com as conclusões da verdadeira ciência social»⁸⁶. O jornal havia de publicar alguns meses depois um excerto de Marx onde precisamente se contrapunha o socialismo «doutrinário» ao «revolucionário». O primeiro era próprio do tempo em que o movimento operário estava subdesenvolvido, e os teorizadores, sozinhos em campo, improvisavam utopias. O segundo pertencia à época da luta de classes, quando os teorizadores se deveriam reduzir a ser o «órgão» dos «factos» dessa luta⁸⁷.

A publicação do texto de Marx, que a redacção notou ser de uma obra escrita contra Proudhon, quase coincidiu com a mutação por que ia passar o *Pensamento Social*. Em Agosto a sua publicação é interrompida, para reaparecer em Outubro, com o preço reduzido a metade e como propriedade da Associação Fraternidade Operária, federação de associações fundada por José Fontana e onde se encobria a AIT. Ia ser a sua fase popular, limitando-se então a ser meramente o noticiário das greves que em Lisboa e arredores a Fraternidade apoiou ou disse ter organizado em estaleiros, oficinas metalúrgicas e nas fábricas do tabaco. A prática, além de trazer problemas nunca antes pensados, como o de saber se mestres e oficiais deviam pertencer às mesmas secções, despoletou a velha tensão entre os «doutrinários» e os trabalhadores. Em pleno auge das greves, um operário irritou-se com as contabilidades revolucionárias à Proudhon, em que Oliveira Martins se tornara mestre, e resolveu arejar todo o filistinismo de que os trabalhadores eram capazes: «Não tenho estudado a economia burguesa sobre este assunto, nem economia nenhuma, e por isso nada sei do que dizem. Eu também sou inimigo das autoridades como vós. Também sou anarquista e chego a sê-lo mesmo contra as autoridades científicas ou doutrinárias.» A redacção inseriu a carta sem comentários, sublinhando apenas, e muito significativamente, a última expressão⁸⁸. Retrospectivamente, percebia-se o sentido de textos como os dedicados à questão do «que se entendia por operário», em que

⁸⁵ Cf. *Pensamento Social* de Março de 1872, n.º 3, p. 1.

⁸⁶ *Ibid.*, n.º 4, p. 2.

⁸⁷ Cf. Karl Marx, «Teoria da luta de classes», in *Pensamento Social* de Julho de 1872, n.º 19, p. 3.

⁸⁸ Cf. *Pensamento Social* de 17/10/72, n.º 31.

tinha sido claro o esforço de arranjar uma definição que também incluísse os autores de produções intelectuais»⁸⁹.

Talvez que os operários não tivessem ganho com os escritores mais do que alguns pedaços de prosa por vezes indigestos ou uma ocasional referência literária que decerto lhes escaparia. Dos operários, os escritores também não devem ter ganho muito, e a sua frequência das associações operárias, se excluirmos as relações sentimentais que Antero quis manter (mas foi o único fiel) com o Partido Socialista, parece até menor do que a dos literatos do «elogio mútuo» nas décadas de 1850-1860. De resto, conseguiram que em público nunca ninguém os acusasse de comunistas, a não ser algum jornal católico mais desbocado, e isto apesar de a cumplicidade de alguns deles com o movimento operário ser conhecida. Mas à imprensa liberal, viciada na propaganda do associativismo, era fácil confundir a Fraternidade Operária, que não era público albergasse a AIT, com as associações que patrocinava⁹⁰. E, depois, as greves do fim do ano de 1872 ficaram um pouco na sombra de acontecimentos bem mais excitantes, como o processo do conde de Peniche, que punha fim à Lisboa revolucionária de 1868-1872.

3. O IMPÉRIO DOS DISSIDENTES

O tipo oficial cairá diante do tipo dissidente, e as nomeações do Estado cederão progressivamente o passo na direcção do país às preferências da estima pública.

RAMALHO ORTIGÃO⁹¹

No Inverno de 1872 a literatura oficial deve ter pensado em tudo menos em que o seu fim estava iminente. O imperador do Brasil, em quem os jornais liberais se esforçaram por descobrir o amor de literatura e até o democrata, visitava então Portugal apenas para ouvir Latino Coelho na Academia de Ciências, cumprimentar Mendes Leal na Biblioteca, aplaudir Molière traduzido por Castilho no Teatro da Trindade e, num acto sensacional, venerar o mestre Herculano no seu retiro de Vale de Lobos. O «elo-

⁸⁹ *Ibid.* de Abril de 1872, n.º 12, pp. 2-3. Note-se também a magnanimidade como se resolve a questão de saber se a emancipação dos trabalhadores seria obra dos próprios trabalhadores, declarando que «sábios e trabalhadores são os mesmos beneméritos da humanidade» (*ibid.* de Março de 1872, n.º 4, p. 3).

⁹⁰ Cf. a normalidade com que José Cipriano da Costa Goodolphim, *A Associação. História e Desenvolvimento das Associações Portuguesas*, 1876, insere este capítulo da história operária no associativismo regenerador. Referindo-se a este, diz mesmo que «a associação operária foi a Internacional desta época, sejamos justos» (reed. in *Seara Nova*, Lisboa, 1974, p. 95).

⁹¹ Cit. por Teófilo Braga, *História das Ideias Republicanas*, cit., p. 99.

gio mútuo» ungia-se com o elogio imperial. Mas quase ao mesmo tempo que o imperador penetrava em Lisboa Teófilo Braga, carregando os seus vinte infatigáveis volumes e a sua reputação de jovem sábio perseguido pelas academias e universidades do país. Teófilo, reconhecido entre os «novos» como o mais «adiantado», vinha à capital disputar precisamente a cadeira de Literatura Moderna do curso superior de Letras, bastião dos literatos oficiais. Uma convicção o animava: a de que, quanto mais arrojado e imprudente fosse, mais hipóteses teria de ganhar. Pode parecer insensato, mas não era⁹².

3.1. O FIM DO TIPO OFICIAL

Quando Pinheiro Chagas anunciou a sua candidatura, o jovem António Enes, na *Gazeta do Povo*, o jornal histórico, lançou o alerta: o júri teria de escolher entre a «literatura oficial» e a «literatura revolucionária»⁹³. No dia da decisão final Teófilo, comovido, constatava como a «opinião pública» — de facto, os estudantes das escolas superiores — triunfara sobre os empenhos com que Castilho tentara salvar Chagas no último momento. Toda a imprensa achou justíssimo o desfecho, e só alguma voz isolada lamentou a susceptibilidade do júri (não tão espantosa quando se pensa que Soromenho, o iconoclasta conferencista de 1871, estava lá) à ruidosa parcialidade da audiência. A berraria estudantil podia mais que a palavrinha de Castilho. O *Jornal do Comércio*, sempre favorável a Teófilo, dava a versão revolucionária: «Os aplausos que hoje ecoaram [na sala do concurso] saíram de consciências puras, e de corações onde pulsa o sangue generoso da mocidade: era a geração nova saudando o erudito deste tempo, o espírito lúcido, o filho do trabalho»⁹⁴.

Com efeito, a juventude das escolas superiores de Lisboa e Coimbra estava, em 1872, definitivamente alistada na literatura revolucionária. Era ver a imprensa republicana que redigia e as exposições de ateísmo e republicanismo a que, às centenas, semanalmente se expunha na Federação Académica de Lisboa⁹⁵. Mesmo a níveis mais serenos, a conquista estava consumada. Em Coimbra, em 1873, Júlio de Vilhena, promissor candidato a universitário e afilhado de Fontes, permitia-se examinar seriamente num livro de erudição, inçado de citações de Comte e Littré, a *História da Literatura*

⁹² Cf. o que diz Teófilo Braga sobre a sua ousadia no concurso em Coimbra na carta de 26/7/1868 (José Bruno Carreiro, «Vida de Teófilo Braga», in *Primeiro Centenário do Nascimento do Doutor Teófilo Braga*, Ponta Delgada, Câmara Municipal, 1944, p. 224.

⁹³ Cf. *Gazeta do Povo* de 2/6/1872, *Jornal da Noite* de 3 e 4/6/1872 e *Jornal do Comércio* de 27/5/1872.

⁹⁴ Cf. *Jornal do Comércio* de 1/6/1872, *Gazeta do Povo* de 28/5/1872, «Carta de Teófilo Braga à mulher» de 1/6/1872, in Bruno Carreiro, «Vida de Teófilo Braga», cit., p. 234, e Silva Pinto, *Pela Vida Fora*, cit., pp. 11-12.

⁹⁵ Cf. as conferências sobre materialismo e instrução pública resumidas no *Jornal do Comércio* de 10/3 e 19/4/72; v. também a notícia sobre a «liga democrática» das escolas superiores no *Diário Popular* de 21/7/72.

de Teófilo Braga, a *Teoria do Socialismo* de Oliveira Martins e mesmo os artigos de imprensa em que Antero os criticara⁹⁶. Preocupada com os «concursos», onde cada lugar chamava cinquenta candidatos⁹⁷, a geração estava ainda mais preocupada em parecer revolucionária.

Em 1872 a guerra ao *Fausto* de Castilho foi movida em Lisboa, Coimbra e Porto por uma falange de jovens revolucionários cuja violência e presunção embarçaram mesmo alguns daqueles de quem eles julgavam estar a imitar as façanhas. Antero de Quental, deplorando embora que a ignorância de Castilho não lhe deixasse ver no Mefistófeles de Goethe mais do que um «taberneiro lisboeta», cometeu a incorrecção de apreciar a linguagem vernácula da tradução⁹⁸. Bastou para se ver exposto como cliente do «elogio mútuo». O seu amigo Germano Meireles, também ele vítima dos «novos», chegou a penitenciar-se publicamente da irreverência de 1865. Tinha sido um terrível precedente. A verdade é que, meia dúzia de anos passados sobre a «questão literária», os primeiros coimbrões, meio perplexos, compreendiam, enfim, que tinham ganho, e que género de vitória tinha sido a sua: uma vitória demográfica, expressa pela facilidade com que, durante a década de 1870, os Teófilos e Anteros se reproduziam às dezenas, em séries cada vez mais radicais, enquanto os Castilhos e Latinos definhavam sem descendência⁹⁹. Quando Camilo Castelo Branco ensaiou a sua provocação geral à nova literatura, com o *Cancioneiro Alegre* de 1879, nenhum dos visados se dignou responder-lhe. O trabalho ficou para uma dúzia de jovens escudeiros de quem pouco se ouvira falar antes, e que muito dariam que falar depois (entre eles, Carlos Lobo de Ávila, Sérgio de Castro, Mariano Pina)¹⁰⁰. Ramalho Ortigão, que gostava de se situar imparcialmente entre as duas gerações, já podia, no princípio da década de 1880, lamentar os «letrados» da «literatura em voz baixa» como saudosas espécies em vias de extinção¹⁰¹.

⁹⁶ Cf. F. A. de Oliveira Martins (ed.), *A Edad Média na História da Civilização*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1925.

⁹⁷ Cf. *Farpas*, Maio-Junho de 1872, in Ramalho Ortigão, *Farpas*, Lisboa, Livraria Clássica, 1945, vol. XIII, pp. 67 e segs.

⁹⁸ Compare Antero de Quental, «O Fausto do Sr. Visconde de Castilho», in *Prosas*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926, pp. 201-205, com J. A. Graça Barreto, «Goethe e o Sr. Castilho», in *Gazeta do Povo* de 24/7/1872; cf. ainda Joaquim de Vasconcelos, *O Fausto de Castilho Julgado pelo Elogio Mútuo*, Porto, 1873, pp. vi-vii, 23 e 39, e Silva Pinto, *Rompendo Fogo*, cit., pp. 29 e segs. A questão do Fausto, tal como a do concurso, embrechou-se na brava zaragata que afastou Antero de Quental e Teófilo Braga durante o Verão de 1872.

⁹⁹ Em 1875 Antero lamentava-se da «maldita questão literária» que o fizera «o pai putativo de quanto sensorão se quer dar por revolucionário só porque não tem senso comum nem gramática» («Carta a Alberto Sampaio de 22/4/75», in *Cartas*, cit., t. p. 250). Nessa altura Antero via a Lisboa literária rendida ao realismo e ao satanismo («Carta a A. A. Castelo Branco de 24/2/76», *ibid.*, p. 335).

¹⁰⁰ Cf. Alexandre Cabral (ed.), *As Polémicas de Camilo*, Lisboa, Livros Horizonte, vols. vi, pp. 105 e segs., e vii.

¹⁰¹ Cf. os textos de Ramalho Ortigão sobre o jornalismo no Porto e sobre Silva Túlio nos vols. I e III das *Farpas*, respectivamente.

O triunfo não tinha apenas origens biológicas. Os escritores da geração anterior nunca tinham deixado de incomodar os seus leitores com lamúrias sobre o triste fado que era a profissão das letras num século sem crença, burguês, que os não lia, ou pior, distraía os talentos da poesia com empregos políticos¹⁰². O génio literário parecia uma condenação à decepção e à misantropia. A «escola nova», ou «ideia nova», propunha-se, precisamente, remediar tudo isto com uma crítica do romantismo pedida emprestada a Proudhon. A posição romântica fora uma insustentável recusa subjectivista da revolução. Os literatos românticos, fugindo ao vazio criado pela descrença nas convenções sociais e na autoridade religiosa, tinham-se refugiado na ilusão de uma Idade Média erudita ou folhetinesca ou preferido viver de grandes arrebatamentos íntimos. Em vão. Acabaram, assim, por passar ao deboche ou à pieguice céptica. Com Proudhon e o positivismo ateu e darwinista, os «novos» tinham redescoberto a importância de ser activo e saudável. Permitiam-se usar o «humorismo satânico», mas apenas para desinquietar a literatura da «contemplação do vazio, das lamentações ao luar e dos cânticos de erotismo amoroso» que infestavam os álbuns de poesia dos burgueses. De resto, era na disciplina positiva que confiavam. Contra as convenções de nada valiam as rebeliões voluntárias. Só um ideal colectivo, forçosamente científico, demonstrado, podia disciplinar a vontade e poupá-la ao egoísmo utilitário ou niilista. Interpretando a *Morte de D. João*, o poema de Guerra Junqueiro que foi o sucesso de 1874, Oliveira Martins garantia que vencer D. João, símbolo do romantismo, equivalia a vencer os instintos e as paixões que tinham produzido os Rousseaus, Robespierres, Byrons e Napoleões. Ser moderno era, para um artista, aprender a «respeitar uma autoridade que o envolve e um critério que o domina». Essa autoridade, e esse critério, uma vez que Deus morrera, só podia ser o da ciência, e o da revolução que essa ciência consubstanciava¹⁰³.

¹⁰² Cf. o que diz Herculano nas poesias «Volta do Proscrito», «Num Album» ou «Felicidade» («Século sem vida, / Sem virtude e sem fé, e em que desabam / As crenças todas do passado, e é sonho / A constância e o amor»); o seu jovem amigo Bulhão Pato gostava de lembrar-se de como o falecido José Estêvão seguia os «puros sentimentos da natureza» e abominava a «ordem» de uma «sociedade cada vez mais chata e cada vez mais burguesa», a quem a literatura só pelo escândalo e pela chalaça conseguia despertar o duro interesse (*Sob os Ciprestes*, 1877, Lisboa, Perspectivas e Realidades, 1986, pp. 29 e 131, e também *Memórias*, 1894, Lisboa, Perspectivas e Realidades, 1986, vols. II, p. 156, e III, p. 20). Sobre a morte da literatura, tópico dilecto dos escritores da época, v. o quadro pintado por Ramalho Ortigão, que ainda mantinha os tiques da sua existência literária anterior, nas *Farpas*, Novembro de 1872: Herculano e Castilho retirados, outros esterilizados na política, e os moços, que ainda trabalhavam, Quental, Martins, Batalha Reis, Teófilo, ignorados pela crítica e pela opinião (cf. *Farpas*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1946, vol. XIII, pp. 178-179).

¹⁰³ Cf. Oliveira Martins, «A poesia revolucionária e a morte de D. João» (1874) e «Poesias da escola nova» (1875), in *Literatura e Filosofia*, Lisboa, Guimarães Editores, 1955, pp. 127-202. Antero confiava em que «a poesia deixa de duvidar, para afirmar e combater», quando se inspira nas lutas sociais e religiosas do século e se organiza em «escola» (cf. «Tendências novas da poesia contemporânea», in *Prosas*, cit., vol. II, pp. 193-200). Comparar com o estudo de Proudhon, «De la littérature dans ses rapports avec le progrès et décadence des

Organizada como uma escola científica, a arte deixaria de ser um mero objecto de exercícios curiosos para passar a ser um poderoso instrumento de reorganização social, o princípio de uma nova moral e de uma nova saúde e alegria de viver¹⁰⁴. De facto, interessaram o público. É que os «novos» não «pediam senhora», como ainda fazia Eduardo Vidal, nem, como se dizia ter sido o caso de Júlio Dinis, os consumia «uma espécie de nostalgia de uma outra vida, perfeita, ilimitada, entrevista em sonhos»¹⁰⁵. A metáfora preferida para referirem a literatura que produziam era a do «ferro em brasa» que aplicavam como um «cautério» à «gangrena» social. O que fizeram de facto foi aproveitar a «sede de emoções» que em 1872 levava as classes médias a encher os teatros onde passavam as comédias que os jornais diziam ter feito escândalo em Paris¹⁰⁶. A imprensa liberal tinha imensos pruridos em lidar com adultérios e suicídios¹⁰⁷. Só não os tinham o *Diário de Notícias*, que se dizia apenas noticioso, e os «realistas». A muita ciência purgara-os de paixões. Podiam, assim, advogar opiniões radicais e explorar literariamente os temas mais escabrosos com a mesma falta de malícia e a mesma frieza com que um médico autopsiava cadáveres.

Conquistar o público não bastava. Era preciso também conquistar os pares. Entre os «novos», na década de 1870, distinguem-se duas estratégias de afirmação de poder intelectual. Antero adoptou uma atitude fusionista em relação aos «velhos», procurando, como na *Revista Ocidental*, intercalá-los entre os «novos», para atrair ou não assustar os burgueses¹⁰⁸. O truque vinha treinado da *Folha de Coimbra*, que em 1871 publicava Castilho e Antero juntamente. A convivência, que depois se tornou da praxe nas revistas literárias ilustradas da segunda metade da década (*Artes e Letras, Ocidente*), era justificada em nome de um comum e parnasiano gosto pela correcção da linguagem e esmero da forma. O trato ameno com os «velhos» não os fazia, porém, esquecer que formavam uma «escola» distinta, sentimento que em Teófilo, depois da sua conversão positivista de 1872, assumiu o estilo da seita intransigente e exclusivista. Todavia, a própria lógica positivista o havia de obrigar a reintegrar os «velhos», promovendo-os, nos esquemas de

nations», in *De la justice dans la révolution et dans l'église*, Paris, 1858, vol. III, pp. 105 e segs. Repare-se que a ideia de que a literatura decaía por causa da falta de espírito revolucionário já estava em A. P. Lopes de Mendonça (*Memórias de Literatura Contemporânea*, Lisboa, 1855, p. 23), que Antero apreciava, embora em 1880 não tivesse arranjado melhor elogio do que considerá-lo um «inofensivo precursor» («Lopes de Mendonça», in *Prosas*, cit., vol. II, p. 304).

¹⁰⁴ «Estavam acostumados entre nós», diz Teófilo Braga, «a considerar a literatura como um divertimento, sem relação com o meio social.» (*História do Romantismo*, Lisboa, 1880, p. 494.)

¹⁰⁵ Cf. Guiomar Torresão, «Júlio Diniz», in *Diário Popular* de 11/5/1872.

¹⁰⁶ Cf. Alberto de Queiroz, «Princesa Jorge», in *Revlução de Setembro* de 24/1/1872, Ramalho Ortigão, *Farpas*, Novembro de 1872, vol. XIII da ed. da Livraria Clássica, cit., pp. 203 e segs.

¹⁰⁷ Cf. *Jornal do Comércio* de 16/4/1872.

¹⁰⁸ Cf. «Carta de Antero de Quental a Batalha Reis de 16/8/75», in *Cartas*, cit., I, p. 307.

evolução comtiana, a precusores da nova corrente. Na sua idade maior, a escola nova recusava totalmente as brigas à 1865¹⁰⁹. Era a generosidade do poder literário¹¹⁰.

3.2. DANÇAS COM LOBOS: O CIENTISMO PERANTE O TRANSFORMISMO

Mas, mesmo que livre da pecha da pornografia, a «escola nova» tinha ainda que se haver com uma reputação pior, a de petroleira. Em Setembro de 1871 instalara-se no governo o Partido Regenerador, que o *Jornal do Comércio* não tinha problemas em considerar um partido apoiado nas «classes privilegiadas» e no rei e «inimigo natural da democracia»¹¹¹. Em Novembro Eça estava suficientemente inquieto para gastar algumas *Farpas* a desmentir o seu odor de internacionalista. Todavia, alguns meses depois, em 1872, o subversivo Eça de Queiroz estava despachado cônsul e Jaime Batalha Reis e Teófilo Braga ensinavam em escolas superiores estatais. Não tinham mudado as suas opiniões para conseguirem os lugares e nem sequer mais cautelosos estavam. O ministro do Reino bem chamara Teófilo ao gabinete, rogara-lhe prudência. Logo em Novembro de 1872 o novo professor do curso superior de Letras, que à mulher escrevia confessando que tudo gostaria de ver arder em petróleo, arranjava o maior escândalo, vindo para os jornais defender um preso carlista nos termos mais severos para o governo e até para o país. O jornal oficioso *Revolução de Setembro*, horrorizado com tanta falta de tino e de patriotismo, deplorou o caso como a maior vergonha da história do magistério português. Teófilo não sofreu qualquer consequência.

Todas estas frescuras escapavam impunes porque o governo regenerador estava por tudo para se fazer passar por progressista e conforme ao «espírito do século»¹¹². Obcecado com a perspectiva de ver 1868 repetir-se, Fontes Pereira de Melo decidira que não havia inimigos à esquerda. Mesmo quando perseguiu os penicheiros, em Julho de 1872, teve o cuidado de os acusar de carlismo, e não de republicanismo. Um pouco antes levava o rei ao Porto e convencera os antigos homens da «Janeirinha» de que o seu objectivo número um era combater a reacção. D. Luís, colaborando no esquema de Fontes, prestava-se a receber Guilherme Braga e chegava a pedir

¹⁰⁹ Cf. a crítica ao comportamento de Antero e Teófilo por Alexandre da Conceição in *A Evolução*, Coimbra, n.º 1, de Novembro de 1876.

¹¹⁰ Ramalho Ortigão, em 1878, dizia que só gente muito ingénua podia ainda pensar ser a «ideia velha» quem dominava (*Farpas*, Fevereiro-Maio de 1878, vol. xv da ed. da Livraria Clássica Editora, cit., pp. 175-179). O máximo a que os «novos» se arriscavam era a uma rezin-gadela de Herculano, que todos provocavam, mais ou menos afectuosamente, ou a uma paródia de Camilo, que, resabiado com o rei e com toda a gente, não era propriamente uma autoridade oficial.

¹¹¹ Cf. *Jornal do Comércio* de 9/1/1872.

¹¹² Cf. *Revolução de Setembro* de 3/1/72.

ao jovem poeta cópia de certos versos anticlericais lidos num *meeting* portuense¹¹³.

Os «novos» nem sequer eram mais difíceis de seduzir do que os democratas do Porto. De certa forma, estavam em disponibilidade política. As suas opiniões republicanas e socialistas não tinham outra aplicação em termos partidários que não nuns obscuros clubes e jornalzitos. O partido do regime, que poderia ter sido o deles, o reformista, conseguira, através de um notável estudo em hesitações e contradições, desacreditar-se aos olhos do que fora a sua própria imprensa. O único grande jornal que o continuava a apoiar, o *Diário Popular*, distinguia-se em Lisboa como o mais retrógrado em termos literários, chegando ao extremo de exhibir Eduardo Vidal como folhetinista. De facto, a partir de 1872 seria o Partido Regenerador quem mais se havia de aplicar no trabalho de captar a nova geração. A. R. Sampaio manteve a amizade de Luciano Cordeiro; João Andrade Corvo, através de Júlio César Machado, que confraternizava com os «novos», garantia pequenos favores; e Barjona de Freitas, com o apoio de Fontes, dedicou-se mesmo a arregimentar os jovens republicanos furiosos que nos jornais de Coimbra juravam ódio eterno à monarquia e à Igreja¹¹⁴.

Talvez estivessem a dançar com lobos, mas não estavam decerto a contradizer ideais que tivessem. Todos, no governo regenerador, se deviam achar sinceramente progressistas. De facto, só Fontes não fora patuleia em 1848 ou socialista nalguma época posterior¹¹⁵. Tal como em Itália, França e até no Império Austríaco, era a geração dos revolucionários de 1848 quem governava, simbolizando a vitória da democracia¹¹⁶. Os «novos» sabiam disto. Em carta a Oliveira Martins, Antero reconhecia que Portugal tinha sido o país onde o liberalismo mais completamente triunfara. E deduzia daí que estava excelente para a filosofia¹¹⁷. Com efeito, bastava uma vista de olhos pela imprensa de Lisboa para se notar a propriedade dos termos de Antero.

¹¹³ Teófilo tinha sido, em Junho de 1872, o redactor da representação da cidade do Porto, a que o governo tanta atenção dera, publicando-a no *Diário do Governo* (cf. *Soluções Positivas da Política Portuguesa*, Porto, 1912, vol. II, p. 51), e talvez isso explique as suas costas quentes.

¹¹⁴ Cf. Magalhães Lima, *Episódios da Minha Vida*, cit., vol. I, pp. 75 e 92-93. Em 1873 o estudante da Universidade de Coimbra Sérgio de Castro exigia no seu poema *à Lucta*: «Erga-se um altar à liberdade/E venere-se ali a magestade/Do crâneo de Proudhon» (p. 8), depois de ter desabafado: «Oh, eu detesto o padre, e maldigo os reis» (p. 5). A proibição das conferências do Casino ainda o fazia tremer de raiva (cf. *A Disciplina e o Exército*, Coimbra, 1874, p. 21). Pouco tempo depois, em 1874, era redactor do órgão regenerador de Coimbra e havia de chegar a deputado do partido de Fontes (Sérgio de Castro, *Homens de Letras e Flores*, Lisboa, 1926, p. 216). Em 1876 o próprio Germano Meireles, o grande amigo de Antero, passava-se para a Regeneração (cf. Antero de Quental, «Carta de 24/4/1876», in *Cartas*, cit., I, p. 343).

¹¹⁵ V. as opiniões desassombradas que eram as de António de Serpa, ministro da Fazenda de Fontes e mais tarde chefe do Partido Regenerador (Bulhão Pato, *Memórias*, cit., vol. II, pp. 175 e segs.). Tinha sido republicano em 1848, e era a «questão social» e a literatura sociológica que o continuava a interessar. Censurava apenas os «novos» por não darem importância à liberdade política.

¹¹⁶ Cf. Lord Acton, *The History of Freedom*, Londres, MacMillan and Co., 1907, p. 61.

¹¹⁷ Cf. «Carta a Oliveira Martins de Novembro de 1879», in *Cartas*, cit., I, p. 478.

A grande imprensa, independentemente das suas cores partidárias, era «liberal», acreditava nas associações, na ciência, combatia o ultramontanismo e defendia a maçonaria. O combate à «ideia nova» era apenas levado a sério pelos jornais católicos, o que permitia aos «novos» considerar reaccionário quem quer que se lhes opusesse. Desde a década de 1860 que se vivia em Portugal uma unanimidade progressista e democrática tão completa que nem um partido conservador chegara a aparecer para suceder ao defunto cabralismo¹¹⁸.

Os intelectuais revolucionários não tinham de defrontar doutrinários como Costa Cabral, decididos a todos os extremos para resistirem à anarquia, mas governantes que achavam melhor transigir porque se tinham convencido de que a falta de proletariado, diminuído pela emigração, e a tradição de convivência entre as classes, herdada de uma Idade Média em que as cruzadas tinham obviado ao feudalismo e às *jacqueries*, os justificava na sua estratégia de manter todas as liberdades¹¹⁹. Os regeneradores eram da mesma família a que em Espanha pertencia Cánovas del Castillo e em Itália Agostino Depretis. Eram «transformistas», para utilizar a famosa expressão cunhada por este último¹²⁰. Acreditavam que, exceptuando um caso ou outro de jesuitismo ou anarquismo mais patológico, todos os chefes políticos militantes, mais conservadores ou mais progressistas, podiam ser levados a jogar o pacífico jogo do parlamentarismo britânico. As regras principais consistiam em não excluir ninguém, não tentar manter o poder à *outrance*, preferir a administração à guerra ideológica e acreditar sempre que a melhor maneira de aniquilar o inimigo era «transformá-lo» em amigo. Quando esta técnica de governo ordeiro se começou a ensaiar em Espanha depois de 1875-1876, já tinha em Portugal uma longa tradição, que Fontes, no seu longo período de predomínio entre 1871 a 1879, tentou consolidar depois do susto de 1868¹²¹. Perante os radicais, a Regeneração nunca teve

¹¹⁸ Teófilo Braga notava que mesmo a imprensa monárquica apreciava a República e que todos os políticos monárquicos a tinham servido. Ao fim e ao cabo, o grande argumento de Fontes contra o Partido Republicano era que não era um partido necessário em Portugal, o mais «livre» estado da Europa (cf. *Soluções Positivas*, cit., I, pp. 67 e 70). Antero e Oliveira Martins apreciavam, em 1877, as vantagens que o governo regenerador em Portugal tinha em apoiar e ser apoiado pela esquerda socialista contra os progressistas. Em França um governo que assim fizesse seria acusado de socialismo — em Portugal até podia beneficiar disso (cf. Antero de Quental, «Carta a Oliveira Martins de 28/1/77», in *Cartas*, cit., I, pp. 365-366).

¹¹⁹ Para uma amostra da ideologia do transformismo português, v. A. Pereira Carrilho, *Portugal em 1872. Vida Constitucional dum Povo de Raça Latina*, Lisboa, 1873, especialmente pp. 19-21.

¹²⁰ Cf. Benedetto Croce, *A History of Italy*, Nova Iorque, Russel and Russel, 1963, pp. 1-25, Dennis Mack Smith, *Italy. A Modern History*, Ann Arbor, The University of Michigan Press, 1959, pp. 111 e 135-137, Raymond Carr, *Spain*, Oxford University Press, 1966, pp. 347 e segs., e José Maria Jover Zamora, «La época de la restauración», in Manuel Tuñón de Lara (dir.), *Historia de España*, Madrid, Editorial Labor, 1981, vol. VIII, pp. 259 e segs.

¹²¹ Em 1874 Fontes teve um deslize e venceu de mais as eleições. Oliveira Martins previu logo que o governo passaria à inércia, com o objectivo de evitar roturas políticas (cf. *Revista Ocidental*, Lisboa, 1875, vol. I, p. 238).

problemas. Durante a crise de 1877-1878, enquanto os progressistas comiam o erro de apoiar o governo de Ávila, que sucedera a Fontes, o Partido Regenerador convivia sem escrúpulos com socialistas e republicanos. Magalhães Lima e Oliveira Martins estiveram então para ser eleitos com o seu patrocínio¹²².

Uma das preocupações de Cánovas em Espanha foi a de tratar bem os intelectuais livres pensadores¹²³. A Regeneração não lhe ficou atrás. Na segunda metade da década de 1870 os mais notórios positivistas e sábios revolucionários do país ensinavam a doutrina nas escolas superiores de Coimbra (Manuel Emídio Garcia, José Falcão) e de Lisboa (Jaime Batalha Reis no Instituto de Agronomia, Teófilo Braga, Vasconcelos de Abreu e Adolfo Coelho no curso superior de Letras, Luciano Cordeiro no Colégio Militar). Faziam companhia a republicanos assumidos, como Elias Garcia, Latino Coelho e outros, que Fontes insistia em conservar como professores do ensino superior oficial. Em 1878 Oliveira Martins obteve um prémio da Academia de Ciências com um parecer assinado por Ávila, Serpa e Silvestre Ribeiro e era nomeado sócio correspondente. Entre os «novos», os mais ingénuos ficavam a duvidar perante a oferta de empregos, até os mestres os sossega-rem. Ser pago pelo Estado não colidia com a intenção de o querer derrubar¹²⁴.

É que esse derrube nunca seria o derrube fardado contra o qual os «transformistas» poderiam lançar a polícia, mas uma queda ideal — a derrota nos espíritos. Em 1875 Oliveira Martins constatava satisfeito que o Estado tinha ainda a força bruta, mas já não a ideia. O «corpo tem de curvar-se ainda, mas o espírito está já livre»¹²⁵. Mas por que é que este espírito livre não se permitia a rebelião declarada? Por que havia liberdade¹²⁶? Em 1875 Antero de Quental ensinava ao incorrigível João Bonança que, numa era de «crítica positiva e de desenganos revolucionários», «os profetas e reformadores vão sendo substituídos, nas preferências da opinião, pelos homens de ciência e pelos críticos». Bonança, como os «jacobinos-socialistas de 1848», supunha ainda que a organização política é que moldava a sociedade. Erro. A sociedade era um organismo, tinha leis próprias e só podia ser transformada

¹²² Sobre a candidatura de Oliveira Martins, cf. a correspondência de Antero com Oliveira Martins em 1877-1878, in *Cartas*, cit. I, César Nogueira, *Notas para a História do Socialismo em Portugal*, Lisboa, Portugaláia, 1964, p. 84, e *Antero de Quental*, Lisboa, 1947, p. 58. Sobre Magalhães Lima, v. o que diz Francisco Homem Cristo, *Notas da Minha Vida e do Meu Tempo*, Lisboa, Guimarães Editores, s. d., vol. II, pp. 153-160.

¹²³ Cf. Raymond Carr, *Spain*, cit., pp. 350-351.

¹²⁴ Cf. «Carta de Júlio de Matos a Teófilo Braga de 28/10/81», in António Ferrão, *Teófilo Braga e o Positivismo em Portugal*, Lisboa, 1935, p. 95, e «Carta de Antero de Quental a Joaquim de Araújo de 24/6/76», in *Cartas*, cit., I, p. 350.

¹²⁵ Cf. «Os poetas da escola nova», cit., p. 152.

¹²⁶ Em 1873 Ramalho Ortigão justificava o seu absentismo político pela liberdade de que realmente se gozava. Não havia necessidade de conspirar quando se podia resolver o problema social nas primeiras páginas dos jornais (cf. *Farpas*, Março-Abril de 1873, ed. da Livraria Clássica, cit., vol. XIV, pp. 57-59).

organicamente. A revolução havia de copiar a profunda naturalidade da evolução¹²⁷. O cientismo dispensava os homens das «ideias avançadas» de se enrolarem na bandeira vermelha, exactamente no momento em que o republicanismo europeu, com o exemplo conservador da República Francesa, defendida por Littré, deixava de contar como uma força revolucionária¹²⁸.

Na mesma *Revista Ocidental* em que Antero escrevia avisava Oliveira Martins que a «lucidez do crítico» não se compadecia com ataques intolerantes às «instituições do passado e às classes conservadoras». As sociedades só são «o que unicamente podem ser». O espírito crítico, que reconhecia a fatalidade social, era, ele próprio, a garantia do progresso, porque progredir não era cortar voluntariosamente com o passado, mas compreendê-lo e ultrapassá-lo através dessa compreensão. A «ideia não arrasa, define». Atingindo a compreensão, o crítico subia acima das dissensões, que pertenciam ao ciclo inconsciente da história. No ciclo consciente tudo era harmónico. Assim, o mais temível revolucionário era, por força, o mais discreto quietista. «Para bem ver as coisas, é mister conservar-se fora delas; para poder saber-se alguma coisa da sociedade, é mister viver no isolamento.» O critério científico ajudava o crítico a conceber que «tanto valem os que pregam aos tiranos que tiranizam como aqueles que pregam às vítimas que se rebelam». Tudo era coisa mental. «Todas as questões humanas se reduzem a equívocos: não há propriamente questões.» Devia discutir-se, e não combater¹²⁹.

Deste modo, todas as posições políticas dentro do regime podiam ser tomadas como pretextos ou ocasiões para a actividade superior do cientista¹³⁰. Martins nunca se deve ter sentido o simples oportunista que o acusavam de ser. E, no entanto, namorou todos os partidos: os republicanos em 1874, os regeneradores em 1877, os progressistas em 1878¹³¹. Mas

¹²⁷ Cf. «Da reorganização social» (1875), in *Prosas*, cit., II, pp. 277-282.

¹²⁸ Era isso que consentia que a *Democracia* de 17/6/74 de Elias Garcia declarasse orgulhosamente que fazia parte de um partido que sabia esperar, passando a discutir nos seus editoriais Comte, Littré e Darwin, em vez de apelar para as barricadas (17/9/75). Mesmo Teófilo, por vezes acusado de jacobino por Antero e Oliveira Martins, nunca deixou de condenar (1793 e 1848) tanto as utopias subjectivas como as subversões (cf. *Soluções Positivas*, cit., I, pp. 62, 72 e 76).

¹²⁹ Cf. «Os poetas da escola nova», cit., pp. 154-158, e «A poesia revolucionária e a morte de D. João», cit., pp. 188-189 e 192.

¹³⁰ Estou a utilizar os termos com que Carl Schmitt caracterizou o ocasionalismo (cf. *Romanticismo Político*, Milão, Gioffrè Editore, 1981, p. 133).

¹³¹ O socialismo para republicanos está em «Socialismo e democracia», in *Democracia* de 21/12/1873 e 14/1, 24, 27 e 28/2 e 5, 6 11 e 12/3/1874 (agora in *Política e História*, cit., I, pp. 181-216): tratava-se de dar ao radicalismo político a regulamentação socialista. Quando namorou os regeneradores, Martins reconhecia que «são as condições positivas e práticas dos elementos sociais que determinam a oportunidade das medidas legislativas». A Regeneração não consistia apenas em cepticismo, mas numa profunda «compreensão dos interesses» da época, perante a qual claudicava o progressismo, com a sua cegueira radical (cf. *A Circulação Fiduciária*, Lisboa, Guimarães Editores, 1956, pp. 105 e 159-160). Depois a tradição progressista pareceu-lhe importante contra o «monarquismo vermelho» de Fontes (*Eleições*, Lisboa, 1878, pp. 33 e 55).

em cada ocasião era a ideia socialista que ele defendia, sempre a mesma, sempre habilidosamente adaptada ao partido do momento.

Em geral, as opiniões partidárias não mereciam grande respeito aos intelectuais. A «crítica» científica dizia-lhes que os partidos «liberais-parlamentares» eram todos o mesmo, divididos apenas pelas vaidades e ambições privadas¹³². Para haver verdadeiros partidos eram necessárias ideias, princípios, crença, tudo aquilo que assumidamente o «transformismo» atenuava, de tal modo que a lamúria acerca da falta de partidos constituiu um dos seus mais característicos subprodutos. Além disso, em Portugal os «transformistas» argumentavam ainda com o atraso e o isolamento do país para fazerem passar o seu consensualismo. Pois também isso os intelectuais exploravam em benefício próprio. Sim, Portugal era uma Beócia da Europa¹³³. A revolução, nos seus aspectos de luta operária exacerbada pelo pauperismo e pela acumulação dos capitais, não chegara aqui. De modo que não havia bases para movimentos de massas. Assim, a política alternativa tinha de vir de uma educação dos espíritos, de organização doutrinária.

A argumentação e as táticas transformistas eram, portanto, utilizadas para provar que era o «espírito crítico», e só ele, que constituía o exterior do sistema. A única oposição verdadeira era a oposição intelectual. «A evolução progressiva da humanidade», escrevia Ramalho Ortigão em 1877, «realiza-se, a despeito [dos governos], pela elaboração irresistível das ideias fora da esfera oficial, sob a acção das descobertas da ciência ou das sugestões da arte. O mais que fazem os governos é submeterem-se às transformações sociais que a solução de cada novo problema resolvido pela ciência impõe à existência dos povos¹³⁴.» Oliveira Martins já definira o mais claramente possível a significação da escola nova: «Uma renovação no sistema das instituições civis e políticas, proveniente de uma alteração do sistema das ideias morais e religiosas¹³⁵.» Ou, por outras palavras, o combate político era, para a escola nova, o da «organização» da opinião pública¹³⁶.

O primeiro sinal de que a opinião pública estava a reagir veio do mundo político oficial. Em 1874 o Partido Regenerador aparecia nas câmaras com uma meia dúzia de moços da escola nova, cuja inconveniência parlamentar se tornou logo notória¹³⁷. Júlio de Vilhena, um deles, resgatado por Fontes

¹³² Cf. *Revista Ocidental* de 1875, I, pp. 108-109.

¹³³ Cf. Oliveira Martins, «Os poetas da escola nova», cit., p. 173.

¹³⁴ Cf. *Farpas*, ed. de David Corazzi, Lisboa, 1888, vol. 4, p. 38; v. também o que diz Teófilo Braga em *História do Romantismo*, cit., p. 409: as sociedades são estáticas, cumpre aos homens de ideias impulsionalá-las.

¹³⁵ Cf. «Os poetas da escola nova», cit., p. 172.

¹³⁶ Cf. Teófilo Braga, «Como se organiza a opinião democrática», in *Soluções Positivas*, cit., I, pp. 47-51. A opinião democrática era um «simples corolário» do «ensino científico». Teófilo explica noutro passo os «graus evolutivos» da República: começa como «aspiração», sistematiza-se em «ideia», divulga-se como «opinião» e, quando esta é geral, converte-se em «facto» (*ibid.*, p. 66). É por isso que Teófilo se permite ser tolerante para com as divisões do movimento republicano. É que não era a acção em si que interessava, mas a acção sobre a «opinião» (*ibid.*, p. 72).

¹³⁷ Cf. Oliveira Martins, *Revista Ocidental* de 1875, I, pp. 375-376.

do desemprego académico, nem por isso se coíbiu de horrorizar o presidente do conselho propondo reformas radicais para o Código de Justiça Militar. A justiça militar era um dos tópicos favoritos da juventude revolucionária em meados da década de 1870, pela excitante razão de que se admitia a pena de morte nas casernas. Fontes quisera significar a sua confiança na juventude, mas mostrara apenas quão pouco se apercebera do espírito de ousadia que desinquietava os «novos»¹³⁸. Eles desprezavam aquilo de que ele fizera uma arte: o compromisso político¹³⁹. O governo da juventude regeneradora em 1881, chefiado por A. R. Sampaio, seria a primeira amostra de uma dureza e audácia de que não havia notícias em Portugal desde o cabralismo.

Oliveira Martins explicava a atracção do Partido Regenerador para os moços porque era nesse partido que estavam, segundo ele, os homens mais «frios», mais «hábeis» e mais «fortes», o contrário dos eloquentes e líricos, à José Estêvão. «Os deputados novos», escrevia, «são conservadores por ambição, por temperamento, por convicções, até¹⁴⁰.» Em suma, como acontecia em Itália, no quadro do «transformismo», a direita distinguia-se, finalmente, por ser sobretudo uma *elite*¹⁴¹. Todavia, Martins inquietava-se por esta elite não ter o chefe mais conveniente. Fontes não era um bom conservador. Ao contrário dos outros líderes regeneradores, António de Serpa, J. M. Casal Ribeiro, A. C. Barjona de Freitas, todos com alguma virtude, Fontes limitava-se, para Oliveira Martins, a exemplificar o «político literato» que infestara o constitucionalismo depois de 1848. Sucedendo ao «tipo positivo» do administrador do antigo regime e ao frontal doutrinário cabralista, faltava-lhe em convicções e em real energia o que lhe sobejava em expediente, transigências e frases ocas, arredondadas sem verdadeiro estudo. Vivía, assim, fora da realidade, num mundo de intrigas, de compromissos artificiais, onde o guiava apenas a astúcia egoísta. Numa comparação significativa, por indicar o sentido da nova campanha da geração nova, Martins diria em 1881 que Castilho tinha sido um Fontes da poesia, o que queria dizer que Fontes era o Castilho da política¹⁴².

O chefe que Martins teria escolhido para a Regeneração era Casal Ribeiro, sempre mal disposto pelo segundo lugar que Fontes o obrigara a aceitar. Martins cumprimentava-o pela lucidez com que confessava que, à vista da indiferença donde o povo não conseguia emergir, era ridículo tentar ser verdadeiramente liberal: «O parlamento é uma fórmula.»¹⁴³ Perante

¹³⁸ Cf. Júlio de Vilhena, *Antes da República*, Lisboa, 1916, vol. I (especialmente p. 66, para o confronto entre Lopo Vaz, o futuro cérebro das «ditaduras» e mentor de João Franco, e Fontes). Na correspondência com Oliveira Martins, em 1873, Vilhena declarava-se «progressista», adepto da «transformação moderna» (cf. F. A. Oliveira Martins, *A Idade Média na História da Civilização*, cit., p. 182).

¹³⁹ Cf. *Revista Ocidental* de 1875, I, p. 236.

¹⁴⁰ *Ibid.*, pp. 110, 376 e 626.

¹⁴¹ Cf. Benedetto Croce, *A History of Italy*, cit., p. 70.

¹⁴² Cf. *Portugal Contemporâneo*, cit., II, p. 364.

¹⁴³ Cf. *Revista Ocidental* de 1875, I, pp. 377 e 617.

uma administração «positiva», baseada no estudo, todo o sistema de garantias políticas parecia um simples croché de fórmulas ociosas. Formados pela leitura de Comte, Proudhon e Herbert Spencer, que, aliás, sempre se tinham apresentado como os verdadeiros conservadores, os «novos» detestavam os princípios abstractos e sobretudo aqueles enleios que resultavam da mania de querer manter um simulacro de parlamentarismo inglês quando, pela falta das condições sociais ou intelectuais que explicavam o seu funcionamento em Inglaterra, só se podia chegar com ele à paralisia do governo na rede dos entendimentos e solidariedades implícitas entre bandos. Em 1878 António Cândido, que havia de representar, com Frederico Laranjo, Emídio Navarro e António Enes, os «novos» do Partido Progressista¹⁴⁴, declarava o seu desprezo pelo sufrágio universal, a mais «perigosa de todas as funções sociais». Cândido queria a «compreensão da política como doutrina regida por leis experimentalmente determináveis». Visto que a sociedade estava sujeita a leis, os princípios absolutos, como os da democracia, deviam ser substituídos pelo «método da observação». Talvez que a democracia, como vira Tocqueville, fosse inevitável, mas deveria confinar-se à administração municipal, segundo o que Cândido chama a «aplicação do princípio da especialização do saber ao exercício do sistema liberal». O objectivo que se propunha este novo progressista era convencer o povo de «que se deixe governar»¹⁴⁵. E em 1879, nos comentários à peça de Guerra Junqueiro e Guilherme de Azevedo, *Viagem à Roda da Parvónia*, lá se juntaram todos a crivar de sarcasmos o constitucionalismo. A única oposição possível já queria passar por único governo possível. Afinal, «a política tornada objecto de uma ciência só pode ser dirigida pelos mais competentes»¹⁴⁶.

3.3. A NAÇÃO E OS SEUS PROFETAS

Mas, se não achavam necessário serem liberais, não queria isto dizer que pensassem sensato tentar governar contra a própria sociedade. Os «novos» julgavam-se parte de um movimento europeu, os representantes em Portugal de um estímulo externo¹⁴⁷. O risco de as suas elocubrações ficarem enquistadas, sem eco, entre um povo rural e católico era um perigo real de que Oliveira Martins se apercebia em 1875. Em Portugal «a renovação religiosa e filosófica, Feuerbach, Vacherot, Strauss, são apenas do domínio

¹⁴⁴ Teófilo Braga, que os odiava por serem monárquicos, acusava os «meninos» de «dissolução metafísica» e criticava o seu lema de «mais administração e menos política», sem parecer consciente da analogia entre esse *slogan* e o seu próprio de «mais moral e menos política» (cf. *Soluções Positivas*, cit., II, pp. 175-179 e 198).

¹⁴⁵ Cf. António Cândido, *Princípios e Questões de Filosofia Política*, Coimbra, vols. I, 1878, e II, 1881.

¹⁴⁶ Cf. Teófilo Braga, *Soluções Positivas*, cit., I, p. 53.

¹⁴⁷ Cf. Antero de Quental, «Programa da *Revista Ocidental*» (1874), in *Prosas*, cit., II, pp. 271-276, e Oliveira Martins, «Os poetas da escola nova», cit., pp. 129-130.

daqueles a quem [em Portugal] a escassez de conhecimentos chama sábios: na Alemanha, em França, na Inglaterra, na Itália, são populares na verdadeira acepção da palavra. Desconhecemos, como massa, e são as massas quem faz a política, a atmosfera moral e intelectual europeia»¹⁴⁸.

Estes problemas não eram novos, e já os tinha enfrentado Herculano na década de 1830. Herculano distinguira-se dos seus contemporâneos por uma clara consciência de que o escritor e a imprensa eram os herdeiros do poder espiritual do padre e da Igreja¹⁴⁹. Exercendo esse poder, procurara fornecer meios para adaptar às tradições e índole do país as novas instituições liberais, de modo a «tornar a liberdade verdadeira e real»¹⁵⁰. O fiasco do seu projecto reconheceu-o ele retirando-se da vida pública na década de 1860. Rancoroso e inquieto, passou a culpar a «classe média», rendida aos compadrios, ao egoísmo de classe, à reacção. A «democracia» assustara-a¹⁵¹.

Os «novos» sentiram que percebiam melhor do que Herculano as causas do seu fracasso. O mal de Herculano tinha sido o de pensar que ressurreições arqueológicas como o catolicismo conciliar e o municipalismo podiam servir para conciliar a antiga e a nova sociedade. Ao fim e ao cabo, como repetia Teófilo Braga, Herculano pretendia manter a monarquia como garantia da ordem e confiava nos párocos para educar o povo¹⁵². A revolução deixara-o perplexo: não desejava voltar ao passado, mas também não confiava no futuro. Os «novos» não queriam ter medo da revolução. Meios termos não valiam, e não era possível voltar atrás. O catolicismo conciliar e o municipalismo medieval tinham sido definitivamente enterrados pelo absolutismo papal e monárquico. A nova sociedade tinha de ser fundada em algo de mais positivo. Mas este positivismo podia ser o prefácio ao mais ousado idealismo.

Na sua *História da Literatura Portuguesa*, de 1870, Teófilo Braga atribuía a falta de originalidade da literatura produzida em Portugal ao facto de o elemento nacional, a que ele chamou «moçarabe», ter sido esmagado pela constituição do reino independente de Portugal, que não representava mais do que o domínio de uma aristocracia que vivia da imitação da tradição latina. A missão dos cientistas era, através da reconstrução dos romances, devolver ao país os elementos positivos que lhe permitiriam reconstruir a sua nacionalidade perdida. Tratava-se de reelaborar a nação como um todo «orgânico», fazendo-a ser a expressão de uma raça original. Pôr-se-ia, assim, termo à hesitação constante, à falta de espírito de empresa e à tendência para o suicídio, que, segundo Teófilo, caracterizavam os Portugueses¹⁵³.

¹⁴⁸ Cf. *Revista Ocidental* de 1875, I, p. 111.

¹⁴⁹ Cf. «Carta a Garrett de 29/12/1851», in *Cartas*, cit., vol. II, p. 23.

¹⁵⁰ Cf. «Carta a Oliveira Martins de 25/12/72», in *Cartas*, cit., vol. I, pp. 230-231.

¹⁵¹ Cf. «Carta de 18/2/77», in *Cartas de Vale de Lobos*, Lisboa, Livraria Bertrand, vol. I, pp. 60-64, e prólogo a *História das Origens e Estabelecimento da Inquisição em Portugal*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1974, vol. I, p. 7.

¹⁵² Cf. Teófilo Braga, *História do Romantismo*, cit., pp. 319 e 351.

¹⁵³ Cf. *História da Literatura Portuguesa. Introdução*, Porto, 1870, pp. 3, 8-9, 13 e 76.

O «moçarabismo» acabou refutado por Antero de Quental e Oliveira Martins em nome de uma tese que, todavia, não estava tão afastada da lógica de Teófilo como poderia parecer. Antero e Martins partiram do princípio de que só as grandes civilizações primitivas tinham realmente traduzido originalidades étnicas. As nações modernas viviam da combinação das tradições legadas por essas civilizações. Tinha sido o caso de Portugal no século XVI. A monarquia construíra-o a partir da tradição romana do patriotismo, que lhe deu uma razão de ser, uma ideia colectiva, a sua «religião civil». Mas este esforço da vontade, expresso no heroísmo, fora apenas um «egoísmo sublime», sem fundamento na ideia da justiça, e por isso condenado à partida¹⁵⁴.

Uma lição, porém, havia a tirar da existência da nação portuguesa no século XVI: os povos não podiam viver sem grandes «certezas morais». Por isso, Antero e Oliveira Martins se deixaram fascinar pelo ultramontanismo, cuja arquitectura intelectual lhes pareceu, como a Comte, o modelo exacto para a sociedade positiva do futuro. A questão era, mantendo-lhe a lógica, dotá-lo do fundamento metafísico, que a crítica moderna provara que o catolicismo não tinha (e o individualismo liberal ainda menos¹⁵⁵). O modelo não era apenas uma sugestão do ultramontanismo, mas também um tema que encontravam na tradição do republicanismo moderno, onde desde Rousseau era tratado sob o aspecto da «religião civil»¹⁵⁶. E, apesar de abominarem as «repúblicas de facto», precisamente porque eram apenas a continuação do reino dos burgueses sem o rei, encantava-os a «ideia da república», a comunhão total num ideal colectivo, geralmente conseguida em momentos de tensão ou de catástrofe iminente, como durante a guerra se via nos exércitos¹⁵⁷.

A nação era uma ideia nova nas mãos deles — e um programa de acção. «A coisa a que figuradamente se continua a chamar a pátria nos instrumentos oficiais», explicava Ramalho Ortigão em 1876, «é uma pura agregação territorial em que nós nos achamos uns defronte dos outros, ao acaso, como nas bancadas do carrão que sai do Pelourinho para Oeiras.» Ora, «a pátria significa uma certa comunhão de ideias — e nós não temos ideias; uma religião comum — e não temos religião; uma literatura própria e uma unidade

¹⁵⁴ Cf. Antero de Quental, «Considerações sobre a filosofia da história literária portuguesa» (1872), in *Prosas*, cit., II, pp. 208-240. Sobre os dois conceitos de nacionalidade, cf. Oliveira Martins, *História de Portugal* (1879), Lisboa, Guimarães Editores, 1977, pp. 21-33.

¹⁵⁵ Cf. Oliveira Martins, *Revista Ocidental* de 1875, II, p. 107, e «O ultramontanismo» (1875), in *Política e História*, cit., I, p. 250; v. ainda a referência de Antero ao «alto valor moral e social do ultramontanismo» em «Carta a Oliveira Martins de 29/4/75», in *Cartas*, cit., I, p. 285.

¹⁵⁶ Sobre a influência paralela dos ultramontanos e dos republicanos em Proudhon, v. K. Vincent Smith, *Pierre-Joseph Proudhon and the Rise of the French Republican Socialism*, Oxford, Oxford University Press, 1984, pp. 24 e segs. e 34 e segs.

¹⁵⁷ Cf. Antero de Quental, «A República e o socialismo» (1873), in *Prosas Sócio-Políticas*, ed. de J. Serrão, Lisboa, Imprensa Nacional, 1982, pp. 389-394, e Oliveira Martins, *Revista Ocidental* de 1875, I, p. 242.

artística — e nós não temos nem literatura nem arte nacional; uma tradição popular — e as nossas tradições foram absorvidas ou deturpadas pelo classicismo fradresco e académico»¹⁵⁸. Era esse meio colectivo e completo que era preciso construir, recuperando do passado aquilo que pudesse servir para reorganizar a nação, ou, mais exactamente, utilizando a crítica científica para libertar o país de falsos mitos e prescrever-lhe o verdadeiro modo de vida nacional¹⁵⁹. Este tinha menos que ver com o progresso material, que a Regeneração não se cansava de fazer chegar às aldeias do país, do que com a capacidade de crer, mesmo de crer ingenuamente. Por isso, as populações urbanas, mais egoístas, eram até matéria menos própria para a fabricação nacional do que o povo crente dos campos¹⁶⁰.

Em 1874, longe da Lisboa revolucionária, na ilha Terceira, terra de fidalgos pobres e povo pobre, Antero sentia-se «na comunhão do *quid* nacional, da alma tradicional colectiva, que cada vez aprecio mais e se me torna cada vez mais necessária»¹⁶¹. A vida colectiva tradicional fazia-lhe sentir a serenidade disciplinada que ele se esforçava por obter através da dedução científica. Em 1872 o mesmo homem que condenara o passado peninsular um ano antes já clamava: «[...] sejamos nós mesmos. Tenhamos esse valor, e tudo se tornará possível. Antes de tudo, convém crermos em nós mesmos, no passado como no presente.» O exemplo a seguir era o da Alemanha depois de derrotada por Napoleão em 1808. «Que fez para voltar à vida, mais robusta e sábia do que nunca? Imitou a França vencedora? Renegou do génio germânico? Não: concentrou-se em si mesma, apelou para o seu génio histórico, e ele respondeu-lhe com inspirações salvadoras. Foi, mais do que nunca, alemã.» Oliveira Martins havia de tomar a deixa para vindicar o heroísmo, que caracterizara a civilização peninsular, contra a fortuna do utilitarismo inglês, um modelo inapropriado para a reorganização de Espanha e Portugal¹⁶². De facto, o grande inimigo não era a reacção ultramontana

¹⁵⁸ Cf. *Farpas*, Julho-Agosto de 1876, ed. da Livraria Clássica, cit., vol. xv, p. 39.

¹⁵⁹ Já o trabalho de Herculano fora reconhecido por Lopes de Mendonça como uma tentativa para «fabricar a nossa individualidade nacional perdida, desfigurada em narrações soltas, em fantasias sem autenticidade, e sem valor científico» (cf. *Memórias da Literatura Contemporânea*, cit., pp. 107-114).

¹⁶⁰ Cf. Oliveira Martins, «Os poetas da escola nova», cit., pp. 159-160, e *Revista Ocidental* de 1875, II, p. 243. Mais uma vez era um tema familiar a Lopes de Mendonça em 1855: «Creiam nalguma coisa, creiam deveras.» (Cf. *Memórias da Literatura Contemporânea*, cit., p. 270.)

¹⁶¹ Cf. «Carta a Batalha Reis de 26/6/74», in *Cartas*, cit., I, pp. 248-249. Em 1876 Antero de Quental escrevia a Oliveira Martins: «[...] sinto-me incapaz de caminhar a direito pela realidade enquanto não tiver, como um espartilho de fino aço que me sustente, todo um sistema de ideias transcendentais.» (Cf. «Carta de 13/5/76», in *Cartas*, cit., I, p. 346; v. também a carta em que agradece a Oliveira Martins as palavras pela morte da mãe.) Já as sabia, mas o facto de Martins lhas ter dito emprestou-lhes «um cunho colectivo, que lhe dá a autoridade que não dá a razão individual — e eu estou muito em estado de necessitar de autoridade» (cf. «Carta de Dezembro de 1876», *ibid.*, p. 360).

¹⁶² Cf. «Os povos peninsulares e a civilização moderna» (1875), in *Política e História*, cit., I, p. 242, e «Socialismo e democracia», *ibid.*, pp. 202-204.

que assustava os liberais, mas o utilitarismo. «O utilitarismo», reconhecia Oliveira Martins, «é inimigo dos ideólogos; porque a ideologia anda a par da abnegação, do sacrifício, do entusiasmo, do desinteresse, que se não compadecem com o egoísmo¹⁶³.»

Teófilo Braga, fazendo sempre questão de resistir disciplinadamente ao pessimismo a que lhe parecia terem-se rendido os outros da sua geração, foi o mais completo na exposição da tarefa dos intelectuais e ainda mais a descortinar os meios para a levar a bom termo. Apesar de não seguir a «teologia» de Comte, reconhecia que «uma doutrina positiva, apta a levar unanimidade aos espíritos, a disciplina à educação, e a ordem voluntária à política, já existe, mas a grande transformação social que ela provoca só pode propagar-se ao maior número por via do sentimento». O século era crítico. Para prevenir o pessimismo era preciso injectar-lhe o sentido da solidariedade. Exposições industriais serviriam para disciplinar a actividade produtiva, os congressos para coordenar a actividade especulativa e afirmar o «poder espiritual da ciência». Finalmente, da comemoração da memória dos homens que tinham contribuído para a «evolução mental» esperava-se o efeito mais subtil, a «síntese afectiva». As comemorações, espécie de religião intelectual, deviam produzir a veneração, «uma das principais forças coordenadoras das sociedades humanas», sem a qual a «ordem seria uma violência», e não, como convinha a uma sociedade positiva, o «acordo harmónico das vontades». A veneração tinha tido como objecto a idade, nas épocas patriarcais, e a força, nas aristocráticas. Na época moderna o altar estava reservado ao intelecto. Por isso, cabia aos grandes escritores ser comemorados no Ocidente (mesmo Pombal era sobretudo festejado como o inimigo do jesuíta e o propulsor de uma cultura laica e moderna)¹⁶⁴.

Tudo isto foi ensaiado em 1880, e contra o regime. No parlamento os «novos» J. Simões Dias, A. Enes e A. Cândido lembraram como as comemorações eram a «forma consciente de solidariedade social» e como as nações, frequentemente, ficavam a dever a sua sobrevivência aos escritores que conseguiam nas suas obras compreender o espírito da nacionalidade. Os escritores da escola nova tiveram a sua consagração. Teófilo Braga e Luciano Cordeiro foram, depois de Eduardo Coelho, e muito à frente de Pinheiro Chagas, os mais votados pelos representantes da imprensa de Lisboa para integrar a comissão executiva dos festejos. Luciano e Teófilo foram também os que mais falaram nas várias reuniões e assembleias com que a comissão procurou entusiasmar os lisboetas. Teófilo, com uma determinação militar, fez sucesso apresentando planos grandiosos para organizar as forças vivas e a opinião pública e preparar uma ressurreição nacional¹⁶⁵. No momento

¹⁶³ Cf. «A poesia revolucionária e a morte de D. João», cit., p. 191, e *Revista Ocidental* de 1875, I, p. 621.

¹⁶⁴ Cf. Teófilo Braga, *Os Centenários como Síntese Afectiva nas Sociedades Modernas*, Porto, 1884.

¹⁶⁵ Cf. os documentos reunidos por Brito Aranha no *Dicionário Bibliográfico Português* (de Inocêncio Francisco da Silva), Lisboa, Imprensa Nacional, 1888, t. xv.

da decepção com o governo do Partido Progressista eram os intelectuais e os republicanos que surgiam sozinhos à frente da nação, festejando Camões¹⁶⁶.

O epíteto que Teófilo Braga preferia haveria de ser sempre o de «arquiteto da civilização portuguesa»¹⁶⁷. Antero de Quental e Oliveira Martins pareciam mais pessimistas ou comedidos, mas apenas porque tinham os mesmos objectivos sem confiarem tanto como Teófilo no método comtiano para os alcançar¹⁶⁸. Os intelectuais encontravam, assim, no nacionalismo positivista a expressão última da ciência para todos. A nação constituiria o ambiente homogéneo em que, ultrapassado o divórcio entre a literatura e o povo, os Portugueses haveriam de compreender o quanto deviam aos homens que pensavam por eles¹⁶⁹. Mas que tinham a ganhar com isso? Bem, tudo. A «cultura intelectual» era o principal factor de superioridade no mundo moderno, como parece que se deduzia de Herbert Spencer. Em 1877 o positivista Horácio Ferrari confiava em que a estabilidade política que Portugal devia aos regeneradores e a renovação intelectual que lhe incutira a escola coimbrã confluíam na fórmula explosiva que daria à nação portuguesa a hegemonia na Península Ibérica¹⁷⁰. Era, portanto, o império, um novo império, que a *intelligentsia* oferecia aos seus compatriotas. E os intelectuais, que tinham eles a ganhar com o projecto? Talvez as condições para uns novos *Lusiadas*¹⁷¹.

CONCLUSÃO: A CULTURA CONTRA A POLÍTICA

No romance, na poesia, na crítica, na história, na sistematização filosófica, na vulgarização científica, o movimento dirigente dos espíritos é manifestamente adverso e hostil ao espírito das instituições vigentes. Os

¹⁶⁶ Em 1880 Oliveira Martins, Ramalho Ortigão e Batalha Reis voltam a frequentar comícios republicanos (cf. S. Magalhães Lima, *Episódios da Minha Vida*, cit., I, p. 126).

¹⁶⁷ Cf. *Quarenta Anos de Vida Literária*, cit., p. LVIII.

¹⁶⁸ Oliveira Martins relativizou o seu fascínio pelo heroísmo peninsular, notando que o idealismo não era realizável no contexto muito positivo do «struggle for life» (cf. «Da moral religiosa entre os Gregos» (1875), in *Literatura e Filosofia*, cit., p. 285). A seguir, declarou impossível a construção consciente do «sentimento colectivo», que só da lenta e anónima gestão da história poderia sair. Por fim, contentou-se em pedir que se tentasse reproduzir a riqueza e a educação dos países avançados da Europa (cf. *História da Civilização Ibérica*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1923, pp. 356-357).

¹⁶⁹ «Portugal», escrevia Teófilo, «é o país que mais desconhece a sua história: daqui resulta o abandono da tradição nacional na arte, o desprezo pelos seus monumentos, a separação lamentável entre os escritores e o povo, a falta de consciência e de plano na actividade política dos que exercem a autoridade [...]» (Cf. *As Modernas Ideias na Literatura Portuguesa*, Porto, 1892, p. 363.)

¹⁷⁰ Cf. Horácio Esk Ferrari, *A Hegemonia de Portugal na Península Ibérica*, Porto, 1877.

¹⁷¹ Tinha sido enquanto Portugal se realizara como «nação moral», a Roma moderna, no século XVI, que Camões pudera escrever *Os Lusíadas* (cf. Oliveira Martins, *Os Lusíadas. Ensaio sobre Camões e a Sua Obra em relação à Sociedade Portuguesa e ao Movimento da Renascença*, Porto, 1872, p. 188).

homens que pela sua actividade mental estão determinando esse movimento revolucionário na arte e na ciência não são unicamente os homens mais instruídos, são também os cidadãos mais probos, os mais dignos. São esses homens que, fora dos parlamentos, dispoendo apenas desses dois meios de acção — a imprensa e o ensino —, estão lentamente, surdamente, imperceptivelmente, realizando essa obra imensa: a reconstituição infalível do carácter de um povo pela influência dominante dos seus espíritos superiores.

RAMALHO ORTIGÃO¹⁷²

Os principais escritores da geração de 1865-1872 pensaram-se e tenderam a actuar como um grupo (uma «escola») definido, não pela simples profissão das letras, educação ou origem de classe, mas pela missão de resgatar o país da incerteza e estagnação em que jazia depois de a revolução liberal ter destruído a tradição católica e monárquica que dera um sentido à vida colectiva durante séculos. Por isso, toda a sua literatura tem um assumido sentido de crítica política e social. Comportaram-se como uma *intelligentsia*, no sentido que os escritores russos deram à palavra no século XIX.

A ideia de *poder intelectual* que subjaz às suas intervenções remonta ao saber absoluto hegeliano e à ciência social de Comte e Proudhon¹⁷³. Mas a sua pertinência só pode ser entendida em relação à política do constitucionalismo monárquico em Portugal depois de 1851. O «transformismo» regenerador tentou viabilizar a liberdade política através da desvalorização das oposições ideológicas. Os intelectuais de 1865-1872 formaram-se neste ambiente de degradação da ideologia e começaram por retomar os temas e as preocupações dos escritores republicanos e socialistas que dominavam o meio literário desde a década de 1850.

Às transacções entre um grupo de cavalheiros-cidadãos que compunham a política constitucional, a «geração nova» contrapôs o primado do social e do cultural. Foi este ponto de vista que lhe permitiu criticar o regime como uma simples dominação de classe. O constitucionalismo servia interesses privados e aproveitava-se da alienação das massas, a quem nenhuma formação espiritual tocara desde a fanatização católica. O projecto intelectual passou então pela produção da nova moral que deveria reorganizar a sociedade como um todo «orgânico», integrado, crente. Não era um Estado burguês próspero — um Portugal «holandês» — aquilo com que sonhavam os intelectuais, mas com o que podemos chamar a *nação cultural*, deduzida pela ciência positiva.

Era nesse meio homogéneo, quando todos os indivíduos comungassem numa mesma cultura, que seria ultrapassado o principal problema que afligia os escritores, a separação entre a literatura e o povo. Mas o mais ime-

¹⁷² Cit. por Teófilo Braga, *História das Ideias Republicanas*, cit., p. 99.

¹⁷³ Sobre as relações entre o hegelianismo e o comtismo, v. F. von Hayek, *The Counter-Revolution of Science*, Indianapolis, Liberty Press, 1979, pp. 367 e segs.

diato efeito deste projecto de unificação intelectual foi a cisão entre a literatura e o regime político. O «transformismo» facilitou a instalação dos escritores. Deu-lhes empregos do Estado, garantiu-lhes liberdade de expressão, aproveitou-os nas lutas políticas. O sentido da grande missão espiritual justificou-os no oportunismo com que aproveitaram as vantagens e as ocasiões para fomentarem a dissidência. À espécie de contracultura que, à volta da *intelligentsia*, dominou o meio literário e teve os seus adiantados no mundo político se atribuiria mais tarde a crise moral do regime. O que é facto é que em 1880 a «geração nova» tinha conseguido autonomizar o «poder espiritual», dando, assim, aquele que Comte considerava o passo essencial no trabalho de reorganização da sociedade¹⁷⁴.

¹⁷⁴ Cf. Auguste Comte, «Considérations sur le pouvoir spirituel» (1825), in *Du pouvoir spirituel*, Paris, Le Livre de Poche, 1978, pp. 273-332.